



RAQUELE CARVALHO GELINGER

**PERMANÊNCIA DO ESTUDANTE MIGRANTE EM
SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE SOCIOECONÔMICA:
ESTUDO DE CASO EM UMA UNIVERSIDADE NO SUL DE
MINAS GERAIS**

LAVRAS – MG

2021

RAQUELE CARVALHO GELINGER

**PERMANÊNCIA DO ESTUDANTE MIGRANTE EM SITUAÇÃO DE
VULNERABILIDADE SOCIOECONÔMICA: ESTUDO DE CASO EM UMA
UNIVERSIDADE NO SUL DE MINAS GERAIS**

Artigo científico apresentado à Universidade Federal de Lavras, como parte das exigências do Curso de Administração Pública, para a obtenção do título de Bacharel.

Profa. Dra. Nathalia de Fátima Joaquim

**LAVRAS – MG
2021
AGRADECIMENTOS**

Foram tantas as pessoas envolvidas, para que eu chegasse a esse momento... Gostaria de agradecer à minha orientadora, Nathalia que, além de ter sido minha professora favorita durante toda a graduação, foi quem soube me orientar, acalmar e me fazer enxergar cada erro para seguir em frente. Foi quem mais teve paciência nos dias em que eu não estava fácil, distribuiu carinho nos dias mais difíceis e foi rígida na medida exata para me fazer ter foco e não desistir. Poderia elencar uma lista de todos os motivos que me fizeram escolhê-la e ainda assim não seriam suficientes para expressar minha gratidão, nem o quão importante se fez em minha vida, ao me possibilitar realizar um dos meus maiores sonhos. Eu te devo um enorme muito obrigada de todo o coração!

Às minhas amigas e colegas, principalmente Helena e Beatriz que mesmo a distância se fizeram presentes e me acalmaram quando eu não achava que conseguiria. À minha eterna companheira de casa Lorryne, que já me ouviu reclamar muito e se fez apoio nas diversas vezes que o mundo parecia querer desmoronar sobre minha cabeça.

Aos inúmeros novos amigos que fiz nessa jornada, saibam que lembrarei de cada um com muito amor.

Aos docentes da Universidade, meu muito obrigada, vocês me fizeram crescer e amadurecer de uma forma que eu não conseguiria sozinha.

Aos meus irmãos, inclusive à Lilian que mesmo com sua partida conseguiu me ensinar lições valiosas sobre amor e gratidão.

Por último e não menos importante à minha mãe, que desde sempre foi o maior motivo para que eu lutasse tanto para estar na universidade e permanecer nela apesar das adversidades, que não foram poucas. O amor mais puro e verdadeiro da minha existência, esse agradecimento se resume a você mãe, que desde sempre foi e será minha inspiração de ser humano, mulher e luta, meu motivo de seguir em frente todos os dias.

Obrigada, eu amo imensamente cada um de vocês.

RESUMO

Por muito tempo o ensino superior foi restrito a grupos dominantes e apenas nas últimas décadas os grupos dominados passaram a ter acesso a ele, a partir de políticas públicas voltadas para a ampliação de vagas e inclusão dos grupos historicamente excluídos. Com caráter qualitativo e de análise de dados, foi utilizado o método bola de neve para encontrar os estudantes e realizar as entrevistas por meio de uma plataforma online. Com entrevistas semi estruturadas foi desenvolvido o estudo de caso em questão, visando identificar como é o processo de permanência de estudantes migrantes classificados como em situação de vulnerabilidade social, tais estudantes se espalham entre as instituições federais, partindo de diversos estados, e contam com políticas assistenciais para se manter tanto de forma material como simbólica. Porém, é importante destacar que eles vivenciam a influência de diversos aspectos universitários e não universitários, bem como com situações jamais experimentadas devido a ocorrência do novo vírus Covid-19, que também impactam em sua permanência no ensino superior. Os principais resultados obtidos dão luz sobre as maiores dificuldades dos estudantes nessa jornada, como saudades de casa, dificuldades de adaptação, condição financeira e saúde mental, reforçam a importância do aprimoramento de políticas assistenciais e a inclusão dos aspectos simbólicos nas pautas sobre permanência universitária, devido a sua relevância e ligação direta com a continuidade dos estudos.

Palavras chave: Permanência material; Permanência simbólica; Alunos migrantes; Vulnerabilidade social.

ABSTRACT

For a long time, higher education was restricted to dominant groups and only in recent decades did the dominated groups have access to it, based on public policies aimed at expanding the number of places and including historically excluded groups. With a qualitative character and data analysis, the snowball method was used to find students and conduct interviews through an online platform. With semi-structured interviews, the case study in question was developed, aiming to identify the process of permanence of migrant students classified as in a situation of social vulnerability, such students are spread among federal institutions, from different states, and have policies assistance to maintain itself both materially and symbolically. However, it is important to highlight that they experience the influence of several university and non-university aspects, as well as situations that have never been experienced due to the occurrence of the new Covid-19 virus, which also impact their permanence in higher education. The main results obtained shed light on the greatest difficulties of students on this journey, such as homesickness, difficulties in adapting, financial condition and mental health, reinforce the importance of improving care policies and the inclusion of symbolic aspects in the agendas about university permanence, due to its relevance and direct connection with the continuity of studies.

Keywords: Material permanence; Symbolic permanence; Migrant students; Social vulnera

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	7 2
REFERENCIAL TEÓRICO	9 2. 1
Uma luta histórica e presente pela educação	9 2.2
Migração Universitária	12 2.3
Assistência como meio de permanência.....	14 2.4
Permanência para além do material.....	17 3
METODOLOGIA.....	20 4
RESULTADOS E DISCUSSÕES	22 4.1

Caracterização dos entrevistados.....	22 4.2
Aspectos não universitários e os desafios para permanecer no ensino superior	24 4.3
A importância do suporte material para a permanência.....	30 5
CONSIDERAÇÕES FINAIS	35
REFERÊNCIAS.....	36

1 INTRODUÇÃO

Processos migratórios ocorrem desde a origem da humanidade, devido a necessidades variadas. O intuito deste trabalho é investigar o fenômeno da migração estudantil, mais especificamente, de estudantes que deixam seus estados de origem em busca de formação profissional em nível superior. Dentre os milhares de alunos que optam por essa mudança, estão os que se encontram em situação de vulnerabilidade socioeconômica, e estes precisam, além de se adaptar ao ensino superior, de, pelo menos, meios materiais e apoio psicológico para permanecer na universidade até a conclusão de seus cursos.

Em 2013 foi publicada uma matéria no site de notícias G1.com usando dados do Sistema de Seleção Unificada (SISU) apontando que 46,85% dos estudantes de medicina do país migraram de seus estados para ter acesso a universidades em todas as regiões brasileiras, o que não é uma exclusividade apenas desse curso. Dados mais atuais referentes ao ano de 2018 foram publicados no site de comunicação Metrôpoles, baseados em informações disponibilizadas pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). Tais dados apontam que do total de 309.266 alunos que ingressaram no ensino superior no ano de 2018, 11% estudavam em estados diferentes de onde nasceram.

O que se tornou possível a partir da ampliação da plataforma SISU aplicada pela primeira vez em 2009, o acesso ao ensino superior buscou alcançar a democratização do acesso, apesar de não ser obrigatória o governo esperava que em cerca de 3 anos os vestibulares fossem substituídos, porém algumas universidades foram resistentes, enquanto outras usaram o SISU apenas como primeira etapa de ingresso, Soares e Fernandes (2016).

Atualmente a grande maioria das universidades do país incorporaram o programa ao seu sistema de ingresso, de acordo com Li e Chagas (2012), a migração dos estudantes de diversos estados se tornou mais viável, a partir dessa adesão, principalmente para alunos oriundos de escolas públicas, os autores dizem que graças aos vários custos com

deslocamentos que foram reduzidos para o candidato com a centralização das provas, gerou-se uma maior mobilidade estudantil no país. Porém, o número de desistências no primeiro ano de curso também cresceu. Dados do IBGE, divulgados em matéria do site Metrôpoles (2019), afirmam que os motivos são variados, mas um fator sempre presente nesse tipo de pesquisa está atrelado ao econômico.

Ainda que o ingresso tenha sido simplificado, contando com apenas uma prova para concorrer em diversas universidades do país, o processo da mobilidade e adaptação pode não ser simples. Bourdieu e Passeron (1975) evidenciam em sua obra, que é necessário observar as

8

diversas variáveis que estão envolvidas no processo de educação de cada indivíduo. De modo claro, toda estrutura familiar, social e econômica de que faz parte o estudante tem influência direta quando se trata de sua adaptação e permanência em um novo ambiente, seja ele educacional, social ou cultural.

De acordo com o censo realizado em 2017 pelo Ministério da Educação (MEC), a permanência e conclusão dos cursos é um grande desafio para a educação brasileira. Segundo dados do censo da educação superior de 2018 (INEP, 2018) apenas 37,9% dos estudantes que ingressaram no ensino superior em 2010 concluíram seus cursos. Contabilizando apenas os dados da rede pública, os números de matrículas realizadas no ano de 2017 revelam que o percentual de estudantes que não concluíram os cursos superiores é alto.

No entanto, no ano de 2018, o índice de evasão no ensino superior foi de 15%, uma redução significativa que pode ser atribuída entre vários fatores, ao reconhecimento da entrada de um perfil vulnerável socioeconomicamente, que conta com o uso e ampliação de políticas assistenciais em mais universidades públicas do país (Carrano e Melo Silva, 2018). Os principais motivos para evasão foram o excesso de faltas, desistência, trancamento, mudança de universidade, falta de identificação com o curso, dificuldades financeiras ou mesmo necessidade de mudar de turno de estudo.

Tendo em vista a migração estudantil e o fenômeno da evasão no ensino superior, o trabalho tem por intuito identificar as dificuldades de permanência enfrentadas por estudantes que se deslocaram do seu estado de origem para ingressar no ensino superior. Tendo como foco aqueles classificados como em situação de vulnerabilidade social e o papel das universidades no processo de acolhimento do novo aluno, devido a comprovação de desistências desse grupo, entender que existem além de fatores materiais existem também os simbólicos que são fundamentais no mesmo grau para continuidade dos estudantes entrevistados.

Assim, cabe destacar que o presente artigo foi desenvolvido em uma Instituição de Ensino Superior (IES) no sul de Minas Gerais, que possui um corpo discente extenso e diverso. A IES recebe alunos de diferentes municípios, estados e países, tendo grande influência na economia local contendo prestígio nacional e internacional.

Para tanto, o mesmo será estruturado em VII seções além desta introdução. No tópico a seguir, serão discutidas as políticas públicas que visam garantir acesso ao ensino superior, especialmente aos indivíduos provenientes de classes populares. Na sequência, será feita uma contextualização sobre as políticas públicas de assistência estudantil, como uma alternativa para a permanência material de estudantes vulneráveis no ensino superior. Além disso, será discutido como o capital cultural e a violência simbólica perpassam os fenômenos da permanência e evasão no ambiente estudantil. E, por fim, serão apresentadas as reflexões suscitadas a partir das entrevistas realizadas e as considerações finais.

9

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Uma luta histórica e presente pela educação

A educação sempre foi um tema delicado ao passo que sua trajetória histórica mostra as imensas dificuldades passadas e presentes para torná-la acessível a todos. Até mesmo quando passou a ser responsabilidade do Estado ainda era limitada, como dizem Sanfelice e Siquelli (2016, p. 23) “mesmo a questão da educação nacional tendo sido inserida na pauta do Estado, sobretudo a partir da década de 1930, a escola pública (estatal) era acessível a uma pequena parcela da população”. É visível que essa é uma caminhada que está longe de terminar, pois existe um ciclo aparentemente ininterrupto de avanços e estagnações no setor da educação.

Nesse sentido, o Ministério da Educação (MEC) desenvolveu o Plano Nacional de Educação (PNE), que serve como parâmetro de avaliação da educação no Brasil, e é responsável por criar diretrizes, metas e estratégias para a política educacional com vigência de 2014 a 2024. No plano existem metas voltadas para o ensino fundamental, médio e superior. Relacionadas às duas primeiras fases de ensino, e segundo cruzamento com dados do IBGE, há apontamentos para alguns atrasos no programa, porém, pontos positivos ainda são alcançados com a melhora em alguns itens.

O analfabetismo, de acordo com o instituto, estava em 7% enquanto deveria ser de

6,5% para pessoas de 15 anos ou mais. Já em 2017, a taxa de escolarização (proporção de estudantes em um grupo etário) das crianças de 0 a 5 anos aumentou em relação a 2016. Neste mesmo ano, a universalização já estava praticamente alcançada, na faixa entre 6 e 14 anos, com 99,2% dos pertencentes à faixa etária matriculados nas escolas” (IBGE, 2017). As metas relacionadas ao ensino superior determinadas pelo PNE (2014) são:

Meta 12: elevar a taxa bruta de matrícula na educação superior para 50% (cinquenta por cento) e a taxa líquida para 33% (trinta e três por cento) da população de 18 (dezoito) a 24 (vinte e quatro) anos, assegurada a qualidade da oferta e expansão para, pelo menos, 40% (quarenta por cento) das novas matrículas, no segmento público.

Meta 13: elevar a qualidade da educação superior e ampliar a proporção de mestres e doutores do corpo docente em efetivo exercício no conjunto do sistema de educação superior para 75% (setenta e cinco por cento), sendo, do total, no mínimo, 35% (trinta e cinco por cento) doutores. (MEC- PNE 2010).

Enquanto o ensino básico passa por monitoramentos constantes e incentivos para se tornar universalizado, o ensino superior experimenta há muitos anos uma luta para perder a imagem que carrega por décadas, de ser um formato de educação pertencente à elite, como

10

outrora já foi a educação infantil e média. Silva (2014, p 1) afirma tal fato em sua pesquisa, dizendo que o ensino superior [...] “era privilégio dos integrantes das elites sociais e econômicas, sendo dificultado ou inviabilizado o acesso de jovens de baixo poder aquisitivo, o que revela a existência de um quadro de elitização [...]”.

Tal realidade se dá por fatores históricos, como Faoro (2001) retrata em sua obra ao fazer uma retomada de como se constituiu o Brasil desde a colonização, destacando um traço forte que permeia atualmente o sistema político e onde quer que haja poder dentro da estrutura social, o patrimonialismo. A elite que moldou os costumes vigentes até a atualidade, definiu a educação superior como um direito exclusivo dos ricos, perpetuando fortes traços patrimonialistas e a exclusão dos menos favorecidos.

Sendo assim, Coelho (1999, p. 22) cita que profissões como medicina e direito eram “profissões lucrativas” e ocupadas pela elite. A importância desses cursos gerava um grande desinteresse em instituir uma faculdade de letras no país, devido seu baixo ‘valor’. Seguindo a visão de Coelho, Silva (2014, p. 2) diz que “quando as camadas de menor poder aquisitivo conseguiram o acesso ao Ensino Superior, ele se deu através dos cursos de menor prestígio, que levavam a menor remuneração e baixo reconhecimento social.”

Após anos, pequenas mudanças nos moldes do ensino superior começaram a ser desenhadas, para que os grupos das classes populares pudessem acessar, de alguma forma, o ensino superior. Começando em 1931, quando Getúlio Vargas instituiu o Estatuto das Universidades Brasileiras, por meio do decreto Nº 19.851 de 11 de abril de 1931. Uma segunda alteração descrita por Macedo et al. (2005) ocorreu durante a ditadura militar, em 1968, sob o controle de Arthur Costa e Silva, e, apesar do caráter repressor do período, foram desenvolvidas importantes inovações como a reforma universitária, a reformulação da disposição dos vestibulares, a criação dos colegiados de curso entre tantas outras.

Outro marco para educação superior foi a criação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) em 1961. É importante pontuar que ela passou por atualizações em 1971 e teve nova promulgação em 1996 e vigora até o momento. Tal legislação delibera que o ensino de nível superior fica a cargo da União, dando autonomia às universidades e demais medidas para garantir o acesso gratuito e de qualidade a toda população. A LDB é considerada a legislação mais completa pautada na temática educacional em todas suas fases, 20 anos se passaram desde sua aprovação e a mesma ainda é considerada atual. (NOVO, 2019)

Ademais, ainda que a LDB não tenha sido fruto do governo de Fernando Henrique Cardoso (FHC), a mesma foi aprovada com apoio do presidente e em muito foi valorizada pelo

11

mesmo. Porém o mandato de FHC é marcado também por proporcionar uma grande onda de privatização universitária, Cunha (2003, p. 58) ressalta tal afirmativa ao dizer que houve certa “complacência governamental diante da qualidade insuficiente do ensino ministrado nas instituições privadas e até mesmo com o benefício do credenciamento acadêmico e do crédito financeiro”.

Gomes e Moraes (2012) afirmam que “durante o governo FHC, o Brasil realizou a transição para o sistema de massa, e que o governo Lula vem adotando um conjunto de medidas e políticas que indicam uma fase de consolidação do mesmo.” Apesar de ter dado especial atenção ao setor privado, o governo de FHC proporcionou o início de muitos projetos que no governo Lula foram retomados, reformulados e utilizados como medidas auxiliaadoras para melhorias no sistema universitário, principalmente em relação ao ingresso de novos alunos, dentre eles está o Financiamento Estudantil (FIES). Porém, como bem coloca Aguiar (2016, p.6) “malgrado toda expansão havida durante o governo FHC, em 2004 a escolaridade líquida da população de 18 a 24 anos ainda era de apenas de 10,4%, sistema classificado internacionalmente como de elite”. Para amenizar essa estatística foi desenvolvido o Programa

Universidade para Todos (PROUNI), sancionado em 2004.

Havendo ainda necessidade de expansão do ensino superior público, o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), foi de grande importância para tal propósito, como explica Silva (2016). Segundo os autores, sua primeira aplicação foi em 1998 com o intuito de avaliar o desempenho dos estudantes concluintes e egressos do ensino médio. E em 2009, passou por uma reformulação e se tornou um meio de seleção auxiliar para o ensino superior. O exame passou então a servir como porta de entrada para novos candidatos, possibilitando a participação de classes populares de uma forma que ainda não havia acontecido no país.

Para que o Enem tivesse êxito, foi desenvolvido o Sistema Único de Seleção Unificada (SISU), um sistema centralizado, em que os candidatos que prestaram o ENEM no ano anterior têm a possibilidade de acompanhar suas opções de escolha de acordo com nota e curso pretendido, tudo de casa, pela plataforma digital. (SISU/MEC, 2010)

Leite e Silva (2015, p. 1) afirmam que antes da implementação do SISU, “havia uma forma de seleção descentralizada que impedia a concorrência em âmbito nacional devido ao deslocamento, dificultando o acesso das camadas populares e mais distantes dos grandes centros”. É evidente que o acesso ao ensino superior foi ampliado, para estudantes que antes não tinham condições financeiras e de tempo para deslocamento e realização de uma prova que

12

ocorria apenas no polo da Universidade desejada. Com o SISU, essa se tornou uma possibilidade, não só entre municípios como também entre os diferentes estados brasileiros. Porém, outro desafio para as classes populares adentrarem nas Universidades e Institutos Federais eram os horários de aulas, que em grande parte ocorriam no período da manhã e tarde, o que dificultava o acesso aos candidatos que precisavam trabalhar durante o dia. A criação do Projeto de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI) foi essencial para amenizar tal problema, visto que as ações do programa visavam, além do aumento do número de vagas, a ampliação de cursos noturnos, o combate à evasão, inovações pedagógicas entre outras importantes metas anunciadas pelo MEC no decreto nº 9.096. (REUNI, 2010).

De acordo com dados do INEP (2017), apenas 9,7% dos candidatos a uma vaga nas universidades públicas pertenciam às classes mais pobres. Tal fato demonstra que, embora as políticas de acesso ao ensino superior tenham mudado, o perfil dos ingressantes ainda permanece, em sua maior parte, pertencente às classes dominantes e de maior poder aquisitivo. Muitos alunos migrantes segundo a V pesquisa sobre perfil socioeconômico dos estudantes de

graduação fazem parte de grupos com baixo poder aquisitivo e ainda que os mesmos consigam ingressar no ensino superior “É nítido que a gratuidade da educação não é suficiente para garantir condições de igualdade, equidade e justiça”. (ANDIFES 2019, p. 164).

Sem deixar de citar a criação da Lei nº 12.711/2012 que versa sobre a reserva de vagas destinadas a candidatos pretos, pardos, indígenas, alunos de escola pública e de baixa renda. Com as cotas e inclusão desse perfil no ensino superior as políticas assistenciais se fazem ainda mais relevantes, pois a permanência de grupos desfavorecidos exige maior dispêndio de recursos e atenção.(Machado 2014). Essa lei foi responsável pela inserção de tais grupos no ensino superior e conseguiu causar mudanças históricas nos dados nacionais, porém não se pode pensar apenas em inserção sem que o processo seja realmente acompanhado, pois esse grupo mesmo com o passar dos anos segue lutando para ocupar seus espaços. A V pesquisa de perfil socioeconômico realizada pela Andifes aponta para resultados da lei, “em seu segundo ano de implantação, pretos e pardos somados ultrapassaram os brancos entre os graduandos” (ANDIFES, 2019, p. 22).

Sendo assim, é preciso fortalecer a criação de medidas capazes de tornar o direito à educação realmente acessível a todos os alunos do ensino público, principalmente se tratando de migrantes, que precisam se deslocar e desconectar de todo seu contexto familiar para ingressar na nova fase, estando assim sozinhos e ainda mais vulneráveis tanto economicamente quanto emocionalmente.

2.2 Migração Universitária

A migração é tida como complexa, e atravessa a história sendo ligada direta e indiretamente a fatores culturais, econômicos, geográficos, políticos e sociais, como aponta Silveira (2009). Nesse sentido, Silva (2004, p. 15) afirma que, o “que pode estar por trás das

13

migrações, portanto, são interesses que vão desde necessidades de trabalho, contatos de negócios, busca de aperfeiçoamento e /ou melhores qualificações profissionais e educacionais, até interesses de natureza afetiva.”. Por isso, o grupo de interesse para o artigo é composto de estudantes do ensino superior, que realizam a migração para acessar a educação ofertada pelas IES do Brasil, em uma instituição de ensino pública, situada no interior de Minas Gerais.

Em vista disso, a ampliação no número de vagas, proporcionadas por políticas assistenciais voltadas para a área da educação em nível superior possibilitou a mais estudantes a oportunidade de se candidatar a universidades em diferentes locais do país,

consequentemente se deslocando, muitas vezes, de um estado para outro. Algumas estatísticas preliminares do MEC sobre o primeiro Sisu apontaram que 25% dos alunos optaram por estudar em um estado diferente do seu de origem. O mesmo percentual anteriormente era de aproximadamente 1%. (Li; Chagas, 2017). Para reforçar tais dados, a pesquisa do perfil dos estudantes (2017) revelou que 34,79 % dos estudantes eram migrantes.

O quadro que começou a se formar fortemente a partir de 2010, trouxe a sensação de normalização da migração universitária. Li e Chagas (2006) apontam alguns motivos que são decorrentes da maior facilidade ao acesso, visto que os candidatos passaram a optar por cursos específicos e de qualidade independentemente da localização. Porém, também deu a possibilidade de alunos ingressarem em cursos que não são de sua preferência, facilitando assim a evasão pós matrícula. Esses são apenas alguns dos fatores que influenciaram pesquisadores a buscar informações em relação ao processo migratório e as dificuldades enfrentadas por estudantes durante essa trajetória.

Espinosa e Vendramini (2012), assim como Souza (2016) fizeram estudos descrevendo a realidade de muitas famílias e indivíduos migrantes. As principais dificuldades descritas nos trabalhos dos autores, se relacionam à busca de emprego, conciliação do trabalho com os estudos, recepção na nova cidade - nem sempre amistosa-, saudade da terra natal, dificuldade para acompanhar novos métodos de ensino e as de âmbito financeiro. Fatores esses que ao serem vividos por estudantes podem se tornar motivadores para desistências e dificuldades de adaptação.

Percebendo tais problemas o REUNI foi desenvolvido, com a intenção de aumentar as vagas e reduzir as taxas de evasão dos cursos superiores. Ao longo dos anos serviu para frear uma tendência que passou a crescer desde a formulação do Sisu, devido a criação de novas vagas, expansão de cursos e principalmente criação de novos campus nos locais onde outrora os candidatos precisavam sair para conseguir acessar ao ensino superior. No estudo realizado por Almeida (2016, p. 5), é descrito exatamente esse processo, “A centenária e histórica UFRRJ

é uma universidade multicampi, com sedes nos municípios de Seropédica, Nova Iguaçu, Três Rios, Campos de Goytacazes e na cidade do Rio de Janeiro”. Graças a essa ampliação proporcionada pelo programa muitos estudantes puderam não só acessar, mas concluir seus cursos, visto que a localização era mais favorável, bem como a variedade dos cursos e seus horários. Silva (2013) discute que a evasão tem mais riscos de ocorrer no primeiro semestre do

curso, e que as mudanças ocorrem por já não serem a primeira opção dos alunos, por isso garantir meios para a permanência desses alunos torna-se primordial desde o primeiro contato dos mesmos com a universidade. Sendo assim, a ampliação de programas assistenciais tem sua relevância reforçada cada vez mais, visando garantir a permanência desses estudantes no ensino superior

2.3 Assistência como meio de permanência

Para Teixeira et al. (2012), o ingresso no ensino superior é o início de uma jornada, em que são experimentados novos sentimentos, responsabilidades e também dificuldades. Os dados do INEP de 2007 a 2017, confirmam um crescimento na entrada de estudantes no modo presencial e a distância, em muito, motivados por políticas como SISU, REUNI, PROUNI, FIES e Lei de Cotas (BARROS, 2015). Porém, é preciso garantir não só o acesso, mas especialmente, a permanência destes estudantes no ensino superior para que haja um aumento no número de diplomados. A partir disso a necessidade de políticas assistenciais para os estudantes se tornou uma ação indispensável por parte do governo e das IES.

A elitização da educação sempre foi visível no país, e as universidades mantiveram em muita essa fama até que as políticas de ampliação ao acesso começaram a surgir, e automaticamente a assistência estudantil precisou ser desenvolvida, para garantir o direito à educação, previsto na constituição. Gisi (2006, p. 14) faz um apontamento muito relevante em relação à questão desigual da qual tratamos. “As dificuldades de acesso e permanência na educação superior são consequência e não causa das desigualdades”. Em outras palavras, existem diversos fatores que levaram a educação ter sido tratada como pertencente apenas à elite, e este fator serviu de respaldo para a permanência e reprodução das desigualdades sociais.

Na V pesquisa do perfil socioeconômico dos estudantes os números mostram a relação de renda familiar dos alunos matriculados no ensino superior, “discentes viviam, em 2014/15, com renda mensal familiar per capita de até 1 e meio salários mínimos, sendo que 32% vivia com até meio salário mínimo e 22% com renda entre meio e 1 salário mínimo” (ANDIFES

15

2019, p. 8). À medida que as classes baixas começaram a adentrar o sistema, houve uma imediata necessidade de se pensar formas de auxiliar esses indivíduos a permanecerem nesse ambiente, já que visivelmente as condições financeiras poderiam se tornar um empecilho para tal.

Seguindo essa linha, Machado (2015, p. 8) traz à tona a questão dos estudantes

migrantes em situação de vulnerabilidade social, ao dizer “que os alunos que migraram têm mais probabilidade de desistir, os alunos podem não ter recursos para se sustentar ou enfrentar dificuldades pessoais quando estão longe de casa”. Levando em consideração os dados da V pesquisa, essa afirmação se faz pertinente, visto que, a vulnerabilidade somada ao fato de estar longe de casa pode dificultar ainda mais a permanência, caso não haja medidas para amenizar o problema.

Nesse sentido, Bonamino et al. (2010), se utiliza dos conceitos de Bourdieu e Passeron (1992) sobre os tipos de capital (econômico, cultural e social) para definir as situações enfrentadas por estudantes que os detém ou não, evidenciando o fato de não haver igualdade de oportunidade entre candidatos e na educação de uma forma geral, sendo assim, a disputa entre eles nunca será justa. Exemplificando os capitais, no que diz respeito ao econômico, se trata de dinheiro e bens materiais que geram mais acesso a quem o detém e é o responsável por dar vida às desigualdades sociais. No caso do capital cultural são os recursos adquiridos, que podem ser totalmente absorvidos e apresentados em forma de nível de escolaridade, viagens, cursos de linguagens entre outros. Por fim, o capital social se refere a rede de contatos e relacionamentos que proporcionam vantagens, e esses variam de acordo com a classe social em que se está inserido.

A relação entre os capitais e a forma que os mesmos afetam a vida dos indivíduos é pontuada por Fornari (2010) em seu argumento de que existem diferentes visões para sustentar o fato de que as desigualdades, muitas vezes, podem levar à evasão do sistema de ensino. Podendo ocorrer fatores internos e externos à escola, nos externos o estudante e a família são os responsáveis pela falta de interesse ou esforço, esse é o mais comum de se ouvir. E a forma que as organizações e os professores lidam com os alunos e suas cargas de vida pessoais e histórias, sem considerar todas as questões que o capital cultural gera de influência nesse sentido (FORNARI, 2010).

Ainda, Mendes e Costa (2015, p. 89), baseados na conceituação de Bourdieu e Passeron (1977) afirmam que “o Capital Cultural cria nos indivíduos as predisposições necessárias para que se adequem ao sistema escolar através de um *habitus* de estudante ligado à cultura

dominante”. Ou seja, o capital cultural gera influência direta principalmente na jornada acadêmica de cada aluno, desmistificando a teoria de que tudo se alcança a partir da meritocracia, mas reconhece a presença da estrutura que faz parte de qualquer relação instalada na sociedade. A partir disso, "a evasão e a reprovação escolar são consequências,

prioritariamente, da forma como a sociedade está organizada”. (FORNARI, 2010, p. 114).

Diante do exposto, os dados da pesquisa realizada pelo Instituto Lobo (Silva Filho 2007, p. 2) apontam que a “[...] evasão estudantil no ensino superior é um problema internacional que afeta o resultado dos sistemas educacionais. As perdas de estudantes que iniciaram, mas não terminaram seus cursos são desperdícios sociais, acadêmicos e econômicos” (SILVA FILHO, 2007). Tal afirmação, concomitante ao fato de que 70,2% dos estudantes de universidades federais são vulneráveis socioeconomicamente (ANDIFES, 2020), demonstram que existe uma relação entre a baixa renda dos estudantes e a evasão. Neste sentido, Mendes e Costa (2015, p. 73), afirmam que “os Recursos Familiares e o estrato ocupacional original dos pais dos indivíduos são comumente apontados como fatores relevantes na determinação da longevidade educacional”.

Outro fator se relaciona ao fato de milhares de candidatos saírem de seus estados de origem para estudar, o censo de 2017 apresentado pelo Ministério da Educação reitera tal afirmação, ao apontar que “em 2017, 31.881 (10%) dos novos alunos das instituições federais se matricularam em uma unidade da federação diferente daquela de sua residência”. (MEC, 2017, p. 19). Não menos relevante, a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) em matéria do (FUNDACRED), diz que 48,3% dos jovens entre 19 a 24 anos fazem dupla jornada, entre trabalho e estudos. Ainda a V pesquisa de perfil socioeconômico declara que 45,9% dos estudantes trabalham mais de 30 horas por semana, e que isso afeta diretamente o tempo e circunstâncias de estudos (ANDIFES, 2019).

Nesse sentido, com o intuito de suprir a demanda de milhares de alunos que precisam realizar a migração para ingressar em uma IES, e os que estão classificados socialmente como em situação de vulnerabilidade, foi desenvolvido o Plano Nacional de Assistência Estudantil (PNAES). Institucionalizado em 2007 se tornou um marco histórico na assistência estudantil brasileira. O Plano visa a permanência do aluno que esteja matriculado no modo presencial e que se encaixa como vulnerável socioeconomicamente, para que assim haja mais igualdade de oportunidades e menos evasão nos cursos. Por meio de assistência a moradia estudantil, alimentação, saúde, transporte, cultura, inclusão digital, esporte, creche e apoio pedagógico, sendo de responsabilidade da universidade acompanhar e avaliar o programa. (MEC, 2010).

A política do PNAES tem sido deveras importante para auxiliar as universidades federais em seus projetos de garantir o direito constitucional à educação, de acordo com dados extraídos do site institucional de uma universidade localizada no Sul de Minas Gerais, a

política do PNAES foi implementada para ampliar as ações já realizadas pela universidade, principalmente as ligadas a moradia estudantil e acesso ao restaurante universitário, que já existiam desde 1970 e desenvolver novas, como as bolsas institucionais, auxílio creche, médicos, cultura, esporte e lazer, acessibilidade, diversidades e diferenças. Na referida universidade atualmente os recursos do PNAES são prioritariamente utilizados para o restaurante universitário e bolsas institucionais.

Vale ressaltar que políticas como REUNI e SISU por exemplo, foram desenvolvidas para ampliação do acesso, com novos campus e vagas não só nas grandes capitais, além de oportunizar a possibilidade de ingresso em universidades do Brasil inteiro, o que acabou gerando um fluxo migratório muito grande, mesmo que esse não tivesse sido o foco do programa. A consequência foi o surgimento ou a intensificação da migração estudantil, por isso a importância de se buscar alternativas para que esses candidatos de fato entrem no sistema e consigam se manter no ambiente universitário, desde o processo de trânsito até a conclusão de seus cursos. Além disso, existem as medidas simbólicas necessárias tanto quanto as matérias para manter o estudante dentro da universidade, que será apresentado a seguir.

2.4 Permanência para além do material

O ingresso na universidade para algumas famílias é apenas mais uma fase dos estudos, já para outras, principalmente as que estão em situação de vulnerabilidade socioeconômica, trata-se de uma vitória individual e coletiva, por isso, tão importante quanto a expansão do acesso ao ensino superior são as medidas que garantam a permanência dos alunos desde a entrada até sua formação. (SANTOS, 2009).

Quando se pensa permanência automaticamente a questão financeira e de moradia são levantadas, o que, obviamente é primordial, porém existe muito mais a ser considerado, como Reis e Veloso (2016, p. 51) afirmam que a “concepção de que o apoio à permanência deva ser fundamentado na assistência, associada apenas ao apoio financeiro, é entendida como

18

insuficiente. Isto porque exige a compreensão de outros fatores que promovem o bem-estar e a adaptação”.

Nesse sentido Santos (2009), afirma que além da permanência material existe urgência no reconhecimento de outra forma de permanência, tão importante quanto, denominada como permanência simbólica. E em paralelo a ela, a teoria de Bourdieu (1989) sobre violência simbólica simplifica o entendimento sobre sua relevância, a partir dela Tiradentes (2015) reflete “A violência no âmbito escolar pode ser verificada de várias maneiras: desde o

tratamento diferenciado dispensado a determinados alunos, até ao conteúdo pragmático que faz parte do plano pedagógico”.

Em vista disso, Albuquerque (2016) explica que a experiência se torna muito próxima da vivida por estudantes que passam pela mesma mudança, porém em outros países, visto que, existe uma diversidade cultural muito plural dentro do próprio Brasil. Para evidenciar a real extensão do choque dessa mudança, existe um termo, conhecido como ‘aculturação’. Silva (2004) discute sobre a aculturação interna, que ocorre quando há o deslocamento dentro do país, entre cidades ou estados, e nele os indivíduos precisam se adaptar aos novos valores e estilos de vida da localidade para a qual migram.

Silva (2004, p. 48), afirma que a aculturação pode causar estresse e relata que alguns sintomas de uma difícil adaptação podem se apresentar de forma física, social e mental, podendo causar “um sentimento de incapacidade de adaptação, de planejar o futuro ou continuar na situação atual, com algum grau de incompetência no desempenho da rotina diária”. Essas possibilidades podem afetar qualquer estudante migrante, em se tratando de alunos em situação de vulnerabilidade a questão ainda pode se somar a preocupações relacionadas à renda e se tornar motivador para desistência dos cursos.

Os dois tipos de permanência definidas por Santos refletem a importância delas na jornada acadêmica do estudante. A primeira envolve a questão material, pois é ela que garante as condições de sobrevivência, sendo elas moradia, alimentação, saúde e renda mínima, para além disso, condições de tempo e dedicação aos estudos. Na falta dele, essas condições se tornam precárias, por um lado, por exigir que o estudante realize dupla jornada entre trabalho e estudos e no pior dos casos a impossibilidade de dar continuidade a eles, chegando ao desligamento.

Já se tratando da permanência simbólica Santos (2009, p. 71), a define como sendo “a possibilidade que os indivíduos têm de identificar-se com o grupo, ser reconhecido e de pertencer a ele”. O pertencimento e integração do estudante em um novo ambiente, como o

19

acadêmico, é fundamental, principalmente por ser um novo local. Estabelecer relações e vínculos com colegas e professores, conhecer o espaço para além da sala de aula, conseguir participar de atividades extraclasse e reconhecer-se como parte de tudo isso pode tornar essa experiência menos inóspita.

Essa situação está muito relacionada a violência simbólica, que Bicalho e DE Paula (2009, p. 1) a partir de Bourdieu (1992) definem como, “uma violência ‘invisível’, exercida

por meios genuinamente simbólicos de comunicação e conhecimento, que se estabelece em uma relação de subjugação-submissão e que resulta de uma dominação, da qual o dominado é cúmplice”. Ou seja, os grupos vulneráveis socioeconomicamente já carregam a visão histórica de que aquele local pertence às classes dominantes, e o ambiente universitário reforça tal imagem ao passo que coloca em pé de igualdade, -igualdade essa que não existe no sistema educacional- todos os estudantes. Tiradentes (2015) diz que “na totalidade de um grupo escolar encontram-se os mais variados elementos que atestam sua heterogeneidade”. O fato de o estudante legitimar essa situação, mesmo que inconscientemente, pode tornar a experiência que outrora foi um desejo ou até mesmo um sonho, em uma condição insustentável para ser levada adiante.

Portanto, a garantia da permanência por meio de políticas de ação afirmativa tem uma longa jornada para que seja efetiva a ponto de garantir que não haja abandono ou desligamento dos cursos antes de sua conclusão. E deve ter abrangência tanto no quesito econômico quanto no simbólico, pois a adaptação, recepção e interação desse aluno que precisa de assistência econômica é mais complexo do que apenas propiciar as formas mínimas de sobrevivência no novo ambiente. Por fim, o tópico seguinte tratará da metodologia, para identificar e definir como alunos reais lidam com essas situações descritas no decorrer do referencial teórico, e assim, concluir o estudo.

20

3 METODOLOGIA

O presente artigo tem natureza qualitativa, por ser um meio que possibilita maior percepção da realidade em que estão inseridos os entrevistados, maiores detalhes sobre suas vidas e cotidiano, por intermédio de vários tipos de dados visando alcançar uma visão ampla e completa sobre o assunto em pauta, partindo de questões teóricas muitas vezes desconhecidas que vão sendo esclarecidas no decorrer do estudo (GODOY, 1995).

O objetivo da pesquisa é identificar as dificuldades de permanência enfrentadas por estudantes que migraram do seu estado de origem para ingressar no ensino superior tendo como foco aqueles classificados como em situação de vulnerabilidade social, deslocamento esse que os levou a uma universidade pública em Minas Gerais, portando o método utilizado é o estudo de caso (Pereira et al, 2009), buscando vivenciar a realidade desse grupo, as discussões problemas e soluções, além de visar alcançar profundidade e detalhamento do tema em questão.

Para tanto, foram selecionados como sujeitos desta pesquisa os estudantes que estão em

situação de vulnerabilidade socioeconômica e que deixaram seus estados de origem para se matricular em um curso superior na referida universidade. A seleção dos sujeitos foi feita a partir do método bola de neve, que segundo Vinuto (2014, p. 203) é “uma forma de amostra não probabilística que utiliza cadeias de referência”. Para iniciar a busca serão contactados estudantes que são do grupo de interesse e estes serão incentivados a indicar outros alunos que também fazem parte de tal grupo e assim sucessivamente, além de um vídeo institucional da universidade com estudantes migrantes, postado durante o início das buscas..

Foram realizadas entrevistas semi estruturadas, porém, é importante destacar que, devido a pandemia as mesmas ocorreram por meio virtual, por aplicativo de chamadas de vídeo, que foram gravadas com o consentimento dos sujeitos, garantindo a interação e a qualidade das informações obtidas e a coleta foi feita até que se atingisse a saturação dos dados, que de acordo com Nascimento (2018, p. 244) significa que “nenhum novo elemento é encontrado e o acréscimo de novas informações deixa de ser necessário, pois não altera a compreensão do fenômeno estudado.”

Por fim, a análise e interpretação dos dados foram feitas por meio da análise de conteúdo. De acordo com Bardin (1977, p. 19) “A análise de conteúdo é uma técnica de investigação que tem por finalidade a descrição objetiva, sistemática e quantitativa do conteúdo manifesto da comunicação”. Sendo assim, foi possível analisar e entender a frequência e relação de determinados acontecimentos para estabelecer as causas e efeitos relacionados. Ou seja, dos alunos migrantes, quantos já pensaram em desistir, quais os tipos de dificuldades por eles

enfrentadas, em que sua condição financeira influencia em sua formação, entre outras coisas.

21

Duas grandes categorias foram criadas, sendo elas permanência material e permanência simbólica, ambas apontam aspectos envolvidos diretamente a universidade e a fatores externos que também se relacionam a ela. Os efeitos da pandemia decorrente do COVID -19 na permanência dos entrevistados também são incluídos nas principais categorias criadas.

22

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

4.1 Caracterização dos entrevistados

Foram entrevistados 10 sujeitos, todos estão classificados como em situação de

vulnerabilidade socioeconômica pela Pró- reitoria de Assuntos Estudantis e Comunitários PRAEC, 9 moram no alojamento universitário e todos pertencem a estados diferentes de MG. Os nomes reais foram substituídos para preservá-los. Serão usados nomes dos mais atuais presidentes da UNE (União nacional dos Estudantes), pois são os representantes do maior movimento de lutas por igualdade e justiça acadêmica do país.

1. Iago de Jataí - Goiás, tem 27 anos. Atualmente cursa Administração, mas já cursou Engenharia Ambiental por alguns períodos. A educação básica foi toda na rede pública, o mesmo não fez cursinho antes de entrar na universidade. Recebeu apoio moral e de incentivo da família já que a mesma não teria condições de ajudar financeiramente durante sua jornada acadêmica. Antes de ingressar no ensino superior já trabalhava e durante a graduação fez ‘bicos’ em horários opostos às aulas para complementar a renda da bolsa. Porém, esse período irá trancar a matrícula na universidade, por se declarar cansado e não ver mais a formação como fundamental para seu futuro na cidade de onde veio e voltou a morar. Alisson foi o primeiro de sua família a ingressar no ensino superior.

2. Mariana de Ji-paraná – Rondônia, tem 22 anos. Sua primeira opção de curso foi Letras, cursou a educação básica toda na rede pública e seu ensino médio foi em um instituto federal presente em sua cidade. Os pais concluíram o ensino médio, seu pai cursou o ensino superior e sempre a incentivou, tornando assim um dos sonhos de Ana a graduação, além de seus colegas e professores também terem se tornado grandes influenciadores nesse sentido. Graças a possibilidade de acessar o ensino superior em qualquer estado, Marianna pode realizar o grande desejo de morar sozinha, para ajudar nas suas despesas ela trabalha como doméstica no novo estado para conseguir se manter e teve algumas dificuldades no último semestre devido ao COVID e aulas a distância.

3. Clara de Porto Ferreira - São Paulo, tem 22 anos. Cursa Administração, cursou toda educação básica na rede pública, fez cursinho gratuito na UFSCAR, escolheu um curso longe de casa pela qualidade do ensino, mora com seu avô e a esposa dele, quando mudou pra Lavras teve apoio emocional, pois os mesmos não tinham condições de ajudá-la financeiramente. Foi a primeira da família a ingressar no ensino superior e seu curso foi desde sempre sua primeira opção. ela

23

relaciona a vontade de ingressar em uma universidade ao fato de enxergar apenas essa possibilidade para ser bem sucedida na vida.

4. Felipe de Rio Real - BA, tem 32 anos. cursou Agronomia, cursou toda educação na rede pública e tem curso de técnico agrícola, não fez cursinho para entrar na universidade. Mora com os pais atualmente e recebeu apoio da família quando decidiu voltar a estudar. Apesar de já morar fora e trabalhar, percebeu que não haveria estabilidade ou ascensão no trabalho caso não fosse graduado em agronomia. Teve algumas dificuldades no começo da graduação devido ao tempo sem estudar e a deficiência no ensino básico, mas conseguiu se recuperar e acompanhar sua turma mesmo que com mais dificuldades.

5. Carina de Americana - São Paulo, tem 26 anos. cursou Administração Pública, mas entrou com a intenção de se transferir para o Direito, até descobrir sua paixão pelo curso atual. Toda educação foi na rede pública, tem uma filha agora com 10 anos e tentou por 5 anos ingressar no ensino superior, conseguiu uma vaga pelo Prouni em uma universidade em SP mas logo em seguida foi aprovada na federal de Lavras a qual escolheu. Tem uma irmã na mesma universidade e a mãe professora aposentada pelo Estado, pessoas que a estimularam a não desistir do ensino superior, principalmente para garantir uma qualidade de vida melhor para sua filha.

6. Virginia de Mogi Mirim - São Paulo, tem 25 anos. cursa Zootecnia, mas queria veterinária durante um período até perceber que seria mais difícil seu ingresso devido à grande concorrência, optou então pela zootecnia. Quando foi escolher a universidade através do SISU optou por um estado diferente do seu de origem buscando maior independência e liberdade e por reconhecer que no seu estado as chances seriam menores também, indo assim para o Mato Grosso e depois transferido para Minas Gerais. Teve apoio de uma parte da família, mas teve que lidar com outra que não a queria em outro estado. Teve algumas dificuldades de adaptação no primeiro estado, mas atualmente se sente pertencente ao ambiente.

7. Lúcia De São Miguel do Gostoso - Rio Grande do Norte, tem 23 anos. cursa Engenharia Florestal, mas seu sonho é mudar para Medicina Veterinária. Não fez cursinho, mas declara sempre ter tido o desejo de dar continuidade aos estudos, é apaixonada pela universidade e sempre se sentiu bem nela. Durante a pandemia pensou em trancar o curso, mas entendeu que as perdas seriam maiores e então continua a graduação, ainda tentando fazer a mudança de curso, tanto interna quanto externa.

8. Patrícia de Cruz das Almas - Bahia, tem 23 anos e cursa Zootecnia, toda educação anterior

foi na rede pública, entrou na federal de Salvador, porém teve muitas dificuldades para permanecer, foi aprovada em Minas, mesmo sem condições financeiras decidiu ir contanto com os auxílios da universidade. Passou por semanas difíceis até as coisas ficarem melhores, é a primeira da família a ingressar em universidades federais e entende a graduação como algo já esperado para ela. Apesar de não se sentir completamente à vontade no ambiente universitário, consegue se manter nele com foco na conclusão de seu curso.

9. Gisela, de Jundiaí - São Paulo, tem 23 anos, cursa Pedagogia, sua primeira opção de curso. Estudou em instituições públicas desde o ensino básico e teve oportunidade de ser selecionada para uma escola piloto de Pernambuco implantada em Jundiaí, fez cursinho até conseguir ser aprovada na universidade, mesmo que a família não tenha achado o melhor curso a apoiaram por ter conseguido a vaga em uma universidade federal e por ser a primeira da família a alcançar esse objetivo. Seu irmão mais novo acaba de ingressar na mesma universidade graças a sua influência. Paula ressalta que precisou buscar informações sobre bolsa e moradia para confirmar sua mudança de estado visto que seus pais não teriam condições para tal despesa.

10. Gustavo de Manaus - Amazônia tem 23 anos, cursa Nutrição, porém ingressou no ensino superior no curso de sistemas da informação. Seu primeiro ano na faculdade foi extremamente difícil, apenas depois de mudar de curso Gustavo se viu realmente em um ambiente agradável. Foi o primeiro do seu ciclo social a ingressar no ensino superior e tem tido novas dificuldades atualmente devido a pandemia e sua volta para casa, porém seu maior sonho é concluir a faculdade para ter melhores opções de futuro e não precisar voltar a morar em sua cidade natal.

4.2 ¹‘Aspectos não universitários’ e os desafios para permanecer no ensino superior

Existe um conceito definido por Piotto (2008) chamado de emancipação cultural, que ocorre quando o estudante se afasta do meio em que foi criado, geralmente mais humilde e até com baixas perspectivas relacionadas a um futuro acadêmico, e adentra no ensino superior, que tem uma grande variação cultural e econômica. Quando a diferença de ambiente é muito drástica causa sofrimento, porém ele pode ser amenizado quando há apoio e legitimação por parte da família com tal escolha ou quando novas oportunidades surgem e são um fator de motivação para eles. O apoio da família é extremamente importante para superar aspectos não universitários, como a adaptação que pode interferir no desempenho acadêmico. (De Oliveira, 2014).

¹ As aspás foram usadas porque os aspectos não-universitários são, de fato, universitários também visto que impactam e influenciam na vida universitária dos estudantes, porque fazem parte do sistema como uma forma de violência simbólica.

A mudança de estado é justificada pelos jovens, com os seguintes critérios: busca de um ensino de qualidade que é melhor na região sudeste, a vontade de conquistar a própria independência ao morar sozinhos, o renome em cursos específicos e o alcance da nota adquirida através do ENEM. Para alguns jovens estar longe de casa foi uma grande dificuldade até o fim do primeiro ano, já para outros foi uma experiência tranquila e desejada. Da Silva (2009) já havia afirmado o que De Oliveira (2014) traz em seu estudo em relação ao apoio familiar, segundo ele quando a relação familiar é positiva nesse processo, até a adaptação do estudante ocorre de forma menos dolorosa e lenta, já quando o distanciamento é sentido com muita intensidade e dificuldades, existe uma demora, causando maior sofrimento. Foi o caso de Carina que se viu distante da filha e por isso viveu momentos delicados, e perdeu várias fases de seu desenvolvimento. Gustavo já enfrentava problemas emocionais que se agravaram durante o primeiro ano. Os demais, ou já tinham passado pela experiência de morar sozinhos ou lidaram com ela de forma positiva, com certa expectativa de conquistar a própria independência, definir suas prioridades, adquirir responsabilidades por conta própria e a felicidade por finalmente se tornarem ‘adultos’.

No caso de Gustavo, houve certa resistência com sua entrada na universidade, e mudança de estado, segundo ele “além de ser [geograficamente] longe, o pessoal [da família] não entendia muito esse conceito de estudar em outro estado entendeu, e além de também um certo, vamos usar, medo de eu não conseguir sobreviver a essa situação entendeu” (GUSTAVO, entrevistado). A partir de sua fala ainda é possível refletir sobre o que Sato (2012) discute em seu estudo a respeito da resistência de seus responsáveis, quando as experiências de escolaridade dos pais são negativas isso também pode ser transmitida aos herdeiros, além de sentirem um certo medo de que o jovem não se adapte a um ambiente que para eles pode ser muito negativo devido a sua classe social.

Neto (2019) expõe também o motivo de tantos jovens das classes dominadas estarem dispostos a ingressar no ensino superior mesmo não sendo ‘predestinados’ a isso como historicamente são os filhos das classes dominantes, pois existe um pensamento comum a muitos estudantes que veem, “o valor simbólico da escola como possibilidade de ultrapassar a condição de precarização e de vulnerabilidade social do grupo de origem” (NETO, 2019, p. 97). A estudante Clara é uma das que traz em sua fala exatamente essa visão, ao dizer” [...] Ah sei lá é meu sonho, mas eu não sei porque. Eu não sei se isso está atrelado ao fato de as pessoas terem falado ‘faça uma faculdade que você vai ser bem sucedida’ entendeu”. (CLARA, entrevistada). Cabe aqui a reflexão acerca desse “sonho” citado por mais alunos,

O identifica como algo muito mais ligado a uma cultura de mudança de vida, a ideia de ascensão social tanto do indivíduo quanto da sua família, do que realmente um desejo natural e genuíno. A intenção de democratizar o ensino torna esse ‘sonho’ mais real ao passo que incentiva a mobilidade por meio da concorrência sem necessidade de deslocamento, entretanto os que ingressam nos melhores cursos continuam sendo aqueles com melhor capital cultural e econômico” (De Castro Ariovaldo 2018, p. 170). Ou seja, apesar de existir uma ideologia meritocrática envolvida no SISU, cada vez mais se prova inválida essa ideologia, pois já é inevitável reconhecer que existem outros fatores influentes no desempenho escolar (Alves, 2016).

Segundo essa linha, Britto (2008) fala da existência de dois tipos de estudante, o clássico que é aquele com tempo exclusivo para se dedicar aos estudos, os três capitais ao seu dispor que usa a educação superior apenas para manutenção e melhoria de sua condição social e o ‘novo estudante’ que não tem toda a estrutura, familiar, financeira e incentivos porém, busca o ensino superior para angariar mais chances no mercado de trabalho e de oportunidades melhores para sua vida e das gerações futuras, desenvolvendo e fortalecendo seus próprios capitais, econômicos sociais e culturais. D’Avila (2006) concorda, pois, a partir de cada grupo social, a educação superior é usada como meio para fins diferentes.

Quando se trata da chegada do ‘novo estudante’ que sai de sua casa muitas vezes sem preparação econômica ou grandes planos definidos para uma mudança, que tem como único foco ocupar a vaga que a ele pertence, ocorrem situações que são vistas como desafiadoras para qualquer indivíduo, como aponta Gabriel:

[...] “... é a questão do clima uma coisa que é muito diferente Sofri bastante... até eu nem tinha roupa porque eu nem sabia que fazia tanto frio em Minas... roupa pra frio né no caso... e quando eu fui pra lá eu não conhecia ninguém... na verdade eu nem sabia onde eu ia dormir na verdade eu fui na cara e na coragem... então isso afetou bastante não conhecer ninguém tem a questão do clima que afetou... tinha algumas palavras que eu não entendia por ser muito regional [...]. (GUSTAVO, entrevistado).

Esse impacto inicial negativo descrito ocorreu devido a mudança não só de ambiente, mas de cultura, clima e de espaço físico, estar longe de casa exige do jovem mudanças imediatas e contínuas para lidar com situações até então inéditas. Segundo Nunes (2010, p. 195) “o estudante desenvolve, assim, mecanismos adaptativos emergentes de graus de

autonomia e de maturidade diferenciados. Outra desvantagem citada é a de que a distância torna mais difícil visitar e ter momentos em família tanto quanto gera mais custos do que quem não precisa mudar

27

de estado. Porém, de forma geral a experiência é vista pelos demais como positiva e até desejada, concordando com Nunes (2010) em relação ao crescimento individual que é algo muito validado por eles.

Além disso, durante as entrevistas foi possível notar a presença de falas que apontaram alguma instabilidade emocional na jornada dos estudantes, sendo que uma delas é relacionada diretamente com um aspecto não universitário e com os estoques de capital cultural, a educação básica, anterior ao ingresso na universidade, Clara relata que desenvolveu problemas emocionais e um dos fatores foi esse:

[...] É.. mas também a questão de me sentir inferior.. é.. de ver todos os meus colegas é se dando super bem nas disciplinas é.. tendo boa desenvoltura em tudo que eles faziam e eu assim.. sem base nenhuma me sentia inferior com isso.. e eu acabava me cobrando demais pra querer fazer as coisas num nível e eu não conseguia entender que isso era uma etapa na minha vida.. que aos poucos eu ia conseguir me adaptar ia conseguir escrever tão bem quanto e me sair tão bem quanto eles. (CLARA, entrevistada).

O estudo de Alvarenga et al (2012) sobre estudantes em situação de vulnerabilidade social vindos de escolas públicas reforça a fala de muitos entrevistados que se queixam de terem tido dificuldades em acompanhar o conteúdo das disciplinas que retomavam matérias do ensino médio. Como Virginia que relata, “Tive nossa... principalmente nas primeiras matérias tipo química física essas coisas básicas, matemática... porque a maioria dos professores ficavam assim, isso aqui vocês já viram no ensino médio, e eu ficava nãaa eu não vi não”.

Neto (2019) ainda afirma que esse perfil de estudante enfrenta dificuldades dentro da universidade devido a defasagem de saberes disciplinares, que como os próprios entrevistados confirmam são falhas do sistema escolar do qual vieram. Sendo então necessário que os mesmos façam esforços maiores para aprender e finalmente estar em par de igualdade com os demais estudantes.

Dos participantes da amostra deste estudo apenas três afirmaram não ter sentido dificuldades com os conteúdos das disciplinas no processo de chegada, o restante aponta que elas são principalmente nas matérias base do ensino médio, como matemática. Da Silva (2019) confirma que é comum alunos vindos de escolas públicas sentem maiores dificuldades nessa

área e que esse pode se tornar mais um percalço para a permanência desses alunos. Outro fator de interesse é que a educação em nível fundamental e médio da maior parte dos entrevistados foi na rede pública, sendo assim, apenas 3 tiveram acesso a cursinhos pré-vestibulares, isso graças as ofertas gratuitas em seus municípios, os demais não tinham essa oportunidade por

28

perto nem tinham como pagar um privado, o que de certa forma contribui ainda mais para elitização da educação (Zago, 2006).

Porém, é importante destacar que “o sonho realizado de ingresso em uma universidade pública não é capaz de garantir nenhuma estabilidade ao jovem, que enfrenta agora novos desafios para conseguir manter-se e garantir sua permanência até o final do curso”. (OSSE, 2008, p. 203). Esses desafios são responsáveis por causar diferentes sentimentos, que podem se tornar transtornos psicológicos.

Segundo Castro (2017) o ensino superior pode ser visto como um ambiente de risco para a saúde mental, seus estudos apontam que o número de estudantes que desenvolvem algum tipo de problema emocional é grande, por isso é importante que sejam criados instrumentos de apoio para que os estudantes consigam continuar o ensino superior. Alguns dos sujeitos dessa pesquisa afirmaram ter desenvolvido problemas psicológicos após sua entrada, ou perceberam o agravamento dos que já tinham, os demais afirmam que não tiveram, mas reconhecem que é uma possibilidade, é um fator de sorte, visto que percebem a presença desse tipo de situação em seu cotidiano.

Sendo assim, a partir do relato dos estudantes foi possível confirmar o fato de que a permanência desses jovens é também uma consequência da vida dos mesmos antes da universidade que pode afetar diretamente na saúde mental e no sentimento de pertencimento e adaptação necessários para que o estudante dê continuidade aos estudos. Como fica claro no relato de Clara:

“[...] Tive, tive né a gastrite... gastrite nervosa... e sem eu perceber né mas tudo bem... Demorou pra eu admitir pra mim mesma que era emocional isso. Pra mim acho que foi a mudança de estado. Isso foi um grande, um boom assim pra mim. (CLARA, entrevistada).

Com isso é perceptível como o acúmulo de situações pode levar o estudante a ter além de sintomas emocionais, sintomas físicos, e os sentimentos que estão envolvidos, gerando inseguranças e cobranças extremas para ser aceito. (De Oliveira et al. 2012, p. 78) “os próprios sintomas do stress levam o indivíduo a experimentar fragilidade, dúvidas quanto a si próprio e

mal-estar generalizado”. Por tanto é notável que além dos ‘aspectos não universitários’ que foram tratados, existem os aspectos relacionados diretamente à universidade, que podem dificultar a permanência dos alunos, como relatou outro estudante que teve depressão, e só conseguiu controlá-la com a mudança de curso, pois não estava feliz com sua aprovação inicial, além da saudade de casa, pois só depois de um ano conseguiu visitar a família.

29

Para amenizar sentimentos como esse os estudantes tiveram apoio da universidade, ao fazer uso do psicólogo disponível, para alguns foi extremamente necessário e suficiente, enquanto para outros houveram falhas que deveriam ser revistas, como a quantidade de consultas que é insuficiente na concepção deles, e a demora para conseguir atendimento. Castro (2017) ressaltou a responsabilidade da instituição em dar apoio psicológico aos seus estudantes, pois já existe a percepção de que esse tipo de assistência é tão importante quanto a material.

Nogueira (2017), relata em seu estudo que o estudante em situação de vulnerabilidade social tem certa predisposição a desenvolver problemas psicológicos e que existe uma relação entre o perfil do aluno com a adaptação. Por isso, além da relação familiar, também é importante o estabelecimento de novos vínculos na nova cidade, para que o processo se dê de forma mais leve. Os estudantes afirmam ter feito amizades, porém, as mais fortes foram com colegas com quem dividem o alojamento, pois segundo eles se sentem aceitos, e se identificam em suas histórias de vida. Essas relações são de extrema importância para a adaptação dos mesmos, Gisela conta como sua vida universitária se tornou mais fácil após estabelecer esses vínculos, “foi bem difícil o começo, foi bem complicado até fazer amizades né... criar novos laços com outras pessoas né também... depois desses primeiros meses do primeiro ano foi mais fácil”. (GISELA, entrevistada)

Todos os tipos de relação são importantes exatamente pelo fato de ajudar no processo de adaptação, quanto a isso Araújo et al. (2016) afirma que alunos em situação de vulnerabilidade social e que são os primeiros da família a ingressar nesse ambiente tendem a sofrer com maiores dificuldades de adaptação em relação aos demais. No geral, eles afirmam que foi necessário passar pelo primeiro período ou o primeiro ano até realmente se adaptarem e Albuquerque (2008) relata que a forma que ocorre a adaptação influencia diretamente para que os mesmos continuem na universidade.

Outro fator que precisa ser citado é que para a adaptação acontecer o indivíduo precisa se sentir parte do ambiente e mais da metade do grupo declarou que em alguns momentos se

sentiu diferente dos demais alunos. Para Alves (2019, p. 1), “o sentimento de pertencimento é intrínseco à saúde mental, direito constitucional de todo cidadão brasileiro”, nesse sentido duas estudantes reconheceram essa afirmativa e declararam que atualmente entendem que pertencem ao espaço universitário, outras citam que esse ambiente não é uniforme, porém, de forma geral, a sensação de pertencimento foi melhorando com o decorrer do tempo.

Pertinente também relatar a influência que a pandemia de Covid-19, instalada desde o início do ano de 2020, no Brasil. Mariana comenta que pela primeira vez no curso tem sentido

30

muita dificuldade nas matérias, pois agora precisa trabalhar como faxineira para custear suas despesas, e ela não é a única, Gustavo também relatou das suas dificuldades relacionadas aos estudos e trabalho, pois estando na casa dos pais, precisa trabalhar fora para ajudar com as despesas da casa, o que além de deixá-lo cansado também tem afetado sua saúde mental, por se sentir sobrecarregado com tarefas e atividades que exigem grande dispêndio de energia física e mental. Lustosa (2020) reconhece a relação estudo e trabalho como verdadeiro dificultador dessa modalidade de ensino remoto.

A atual situação causou a interrupção de tratamentos já em andamento e abriu precedentes para o surgimento de novos casos de problemas emocionais, como é o caso de Mariana e Carina alguns alunos chegaram a cogitar trancar o curso até que tudo voltasse ao normal, enquanto um deles tomou a decisão final de não retornar à universidade. Rodrigues et al. (2020) mostram que esse período realmente tem tido números cada vez maiores de crises de ansiedade e maior stress entre os alunos.

Apesar de um dos entrevistados revelar que está cansado, e tomar a decisão de trancar o curso por acreditar que em sua comunidade o diploma não trará grandes mudanças para sua vida mostrando-se sem esperanças de um dia se formar. Os demais confirmam que mesmo passando por dificuldades, estar na universidade é a melhor escolha, pois se trata de um sonho, uma meta, uma necessidade de realização. Mesmo que alguns já tenham realizado a mudança de curso, outros ainda terem a mesma pretensão, e durante a pandemia de Covid-19 já terem cogitado a possibilidade de trancamento devido a dificuldades para encontrar um local apropriado de estudos em casa e compartilhar o tempo entre lidar com as necessidades da família e os estudos remotos, afirmam que não o farão, pois o que mais anseiam no momento é a volta para a Universidade.

4.3 A importância do suporte material para a permanência

Além das dificuldades já relatadas, a permanência material é também um grande desafio para estes estudantes. A universidade oferece bolsas de estudos para os estudantes em situação de vulnerabilidade para que desenvolvam atividades de pesquisa e/ou extensão. Porém, tais atividades comprometem boa parte do tempo que teriam para estudo. Por isso, muitos relataram que se dedicam às disciplinas e conciliam da forma que conseguem as atividades extracurriculares como projetos de extensão e pesquisa, monitoria, núcleos de estudos, movimentos de representação estudantil com aulas e alguma atividade de lazer. Uma parcela desses estudantes faz uso de computadores emprestados pela universidade, estudam na biblioteca e usam a internet local para realizar suas rotinas de estudos, e se sentem na obrigação

31

de serem bons alunos por entenderem que estão tendo a oportunidade de se dedicar exclusivamente aos estudos. O que reflete a diferença quando se trata da classe dominante no ensino superior que segundo o estudo de Nogueira (2004) acreditam que o ensino superior é mera formalidade por isso não sentem necessidade de se dedicar tanto a ele, até porque já tem suas vagas garantidas no mercado, seja pela herança cultural, econômica e/ou social. Quanto a aproveitarem também os espaços coletivos além da sala de aula, os alunos respondem que o fato de morarem dentro da universidade facilita a utilização de todos os espaços que ela oferece, porém claro com algumas exceções devido à falta de tempo, cansaço, e em alguns casos falta de interesse. Portes (2001) relata em seu estudo que a participação para além da sala de aula é fundamental para que a experiência universitária seja vivida de forma completa e positiva pelos estudantes.

Uma percepção relevante é a de que mesmo passado por adversidades a maior parte dos entrevistados se sente extremamente grato com a vida no novo ambiente, inclusive anulando as situações negativas ou as tratando como superficiais em comparação às vantagens. Esse tipo de comportamento abre precedentes para o que Souza (2012, p. 31) diz “a realidade educacional dentro de uma sociedade capitalista, esporadicamente, porém, cumpre sua função como reprodutora de desigualdades sociais e culturais”. Essa reprodução ao contrário do que De Almeida (2019) aponta como esporádica, segundo a pesquisa deste trabalho se mostra constante na vida de estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica e é fruto da violência simbólica, que está impregnada no meio pedagógico e acadêmico, mesmo que muitas vezes não seja percebido pelo opressor nem pelo oprimido.

Diante dessa realidade embutida na sociedade a permanência material do estudante

vem sendo posta em pauta, para que haja a aplicação do direito constitucional à educação, que apesar de contar nas últimas quase duas décadas com a criação de políticas de expansão do acesso, ainda precisa ser muito mais trabalhada, devido a grande desigualdade existente também no ensino superior, que contém estudantes com culturas, condições financeiras e experiências de vida muitas vezes opostas dentro do mesmo ambiente (Alves, 2021). O Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), é quem garante meios materiais para a permanência dos estudantes em situação de vulnerabilidade social. Neste sentido, cabe destacar que todos os entrevistados afirmaram que só conseguem permanecer no ensino superior graças à moradia estudantil, bolsas institucionais que estão vinculadas a atividades extracurriculares, restaurante universitário, transporte interno, além de assistência à saúde tanto mental quanto física. Coube (2021, p. 164) aponta que a V pesquisa da Agência Nacional de dirigentes das Instituições

32

Federais de Ensino (ANDIFES) identificou que “dois terços dos estudantes de instituições federais têm renda de até um salário mínimo e meio per capita familiar”, o que reafirma a importância das políticas públicas de assistência estudantil.

Alguns relatos dos entrevistados mostram que a baixa condição financeira já os fez sentir diferentes dos demais colegas, tanto em questões sociais quanto acadêmicas. Marianna conta que perdeu a oportunidade de participar da escrita de um livro e de publicar um artigo em outro país, por não ter condições financeiras para realizar a viagem. Iago fala sobre atividades em grupo que eram uma dificuldade, visto que ele trabalhava em horários que não estava em aula, e também fala sobre a falta de empatia dos professores e colegas com situações do tipo. Além de relatos gerais sobre não ter condições de participar de congressos e palestras pagas, o que representa uma perda para eles.

De acordo com Neto (2018, p. 99) “os filhos das classes populares são mais suscetíveis a conjunturas socioeconômicas e políticas e, portanto, mais dependentes do investimento público e da assistência escolar”. Neste sentido alguns dos entrevistados relatam que só puderam garantir sua mudança de estado e ingresso na universidade quando souberam do programa assistencial, visto que a falta dele os impediria de ocupar suas vagas. Além disso, a bolsa institucional tem a função de garantir certa estabilidade para que o estudante possa se dedicar a universidade, e ainda proporciona interação com a pesquisa e a extensão (COUBE, 2021).

Quanto a avaliação dos alunos em relação ao programa assistencial, todos o

reconhecem como essencial e até muito completo se comparado a outras universidades do país, porém também citam várias falhas e faltas do mesmo. Eles afirmaram que o valor da bolsa não é suficiente para suprir despesas básicas e a mesma não acompanha a inflação, o que faz com que o poder de compra deles caia a cada ano. Mattos e Fernandes (2019) trazem uma pesquisa que corrobora com essa perspectiva de que muitas vezes os valores não são suficientes para garantir uma qualidade para os assistidos. Por isso, Gustavo relata “[...] mesmo com a moradia e com o RU os trezentos reais só dão pra tu não passar fome e às vezes dependendo do seu tamanho e da tua fome tu ainda vai passar uma fomezinha aí” (GUSTAVO, entrevistado). Esse tipo de relato mostra a dependência do estudante para com os auxílios materiais, que são pensados para evitar que a seguinte situação se repita “[...]porque também tem muita gente que largou de tudo sabe [o curso]... tava quase formando e não aguentou, não aguentou mais ficar passando necessidade e foi embora” (IAGO, entrevistado).

33

Encontrar relatos e pesquisas em que os estudantes precisam dividir seu tempo entre estudos e trabalho não é raro, Barbosa (2017) encontrou resultados em seu estudo que identificaram que apenas o auxílio das bolsas tende a não ser suficiente para manter o estudante, por isso muitos desenvolvem atividades externas à instituição, e com isso prejudicam o seu rendimento acadêmico. Na presente pesquisa observou-se os estudantes que conseguem ser atendidos com alguma ajuda dos familiares existe a possibilidade de dedicação exclusiva aos estudos, porém para os demais é preciso dividir o tempo e atenção entre estudos e trabalhos precários com as duas tarefas.

Em tempos normais sem o vírus alguns deles já trabalham aos finais de semana ou em horários alternativos aos das aulas, enquanto os outros que não conseguem ou não precisam trabalhar têm a percepção de que isso é uma vantagem enorme sobre os demais colegas na mesma condição. Apenas três dos entrevistados nunca trabalharam antes da graduação, já os que trabalham e hoje não precisam mais, enxergam a universidade como o melhor cenário para suas vidas e afirmam sentir gratidão por ter o privilégio de se dedicar exclusivamente aos estudos.

Na pesquisa de Portes (2001) sua amostra confirma que existe uma cobrança maior do próprio estudante carente em apresentar o melhor desempenho acadêmico para mostrar merecimento por ocupar a vaga, e segundo Barbosa (2017) o desempenho desses estudantes tende a ser igual aos demais alunos, o que demonstra que eles se comprometem e dedicam para alcançar bons resultados, exatamente como coloca Nogueira (2004). Nesse ponto cabe

uma reflexão, pois o fato de o estudante em situação de vulnerabilidade precisar trabalhar, apresentar relatórios de atividades extracurriculares, ele ainda é privado de acumular reprovações e faltas para manter seu benefício, visto que essa é uma das regras da universidade para a manutenção do benefício, enquanto os demais estudantes não sofrem punições em circunstâncias iguais.

Foi questionado também quais os fatores que mantêm os estudantes em situação de vulnerabilidade social na universidade, mesmo passando por diversas situações complicadas, e a resposta foi dividida basicamente em dois pontos. Não poder interromper os estudos para ter um futuro melhor e o medo de perder os auxílios do qual fazem uso.

Além disso, desde o fechamento das escolas e universidades devido a pandemia causada pelo COVID-19 e com o indicativo da Organização Mundial da Saúde (OMS) de isolamento social, os alunos que moravam no alojamento estudantil precisaram voltar para seus estados de origem. As universidades federais pararam suas atividades por alguns meses até decidirem retornar por meio remoto (Arruda 2020). E não surpreendentemente novas dificuldades

34

surgiram a partir disso, os entrevistados relataram como foram afetados pelo estudo remoto, principalmente pelo fato de precisarem sair de suas casas (alojamento), alguns perderam prazos de renovação da bolsa institucional, além de casos relatados por eles de colegas que acabaram trancando o período por não ter acesso a computador ou internet em suas cidades de origem. Viver na moradia estudantil também proporciona aos estudantes a possibilidade de conhecer o campus de uma forma que talvez não pudessem caso não vivessem ali, as possibilidades e facilidades por estar dentro da universidade é muito ressaltada durante as entrevistas.

Em meio a esse caos Prada (2021) afirma a importância dos auxílios nesse momento, visto que ficaram ainda mais evidentes as desigualdades presentes na sociedade principalmente na educação, que por vezes acaba sendo mascarada e se por um lado, minimiza alguns prejuízos da pandemia, evidencia outros por não ser possível viabilizar bons ambientes e tempo de qualidade para o estudo, acesso à internet de qualidade e equipamentos eletrônicos.

Confirmando o trabalho de Prada, Dias (2020) traz a percepção de que os alunos e professores mais vulneráveis sofrem percalços relacionados a localidade que vivem e a falta de

acesso a boa internet e eletrônicos para auxiliar nos estudos. Patrícia relatou que não tem computador em casa, na universidade faz uso dos empréstimos de notebook e dos computadores da biblioteca, atualmente usa o de seu namorado quando ele pode ir visitá-la, e da bolsa internet criada de forma emergencial pela assistência estudantil. Situações como essa somadas ao fato de que estando em casa os indivíduos precisam se readaptar a família e dividir o tempo entre tarefas e atividades da casa e as aulas, traz reflexos no rendimento acadêmico. Com a situação foi necessário desenvolver novos métodos de estudos, em meio a ambientes não propícios, instabilidade familiar, medos e até mesmo trabalhos externos. Barreto (2020) confirma que o ambiente e a falta de acesso a meios para estudar são responsáveis por gerar grandes dificuldades de se manter uma educação justa para todos. A pandemia lançou uma lupa sobre as desigualdades sociais e a assistência estudantil se mostra ainda mais importante e central para que esses estudantes consigam passar pela pandemia e pela vida acadêmica com segurança e o mínimo de estabilidade necessária para permanecer até a conclusão de seus cursos.

35

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A ampliação de vagas das universidades federais ocorreu graças ao desenvolvimento de políticas como SISU, REUNI, LEI DE COTAS, PROUNI e FIES a partir disso a entrada das classes historicamente dominadas se tornou constante, bem como abriu espaço para a migração universitária e a necessidade da criação de políticas públicas se fez mais necessária do que nunca.

Além de tocar em um ponto importante, permanência material e simbólica, fica claro que a ideia de que apenas proporcionar condições financeiras de sobrevivência para esses alunos não é suficiente para garantir igualdade entre todos os estudantes. A saúde mental, a adaptação ao ambiente, os vínculos estabelecidos e a qualidade do tempo dos estudantes são tão importantes quanto qualquer outro aspecto material, visto que a permanência perpassa por todos esses caminhos,

Uma situação nova surgiu durante a pesquisa, a pandemia desencadeada pela Covid-19 que além de afetar as entrevistas, que passaram a ser virtuais, também se tornou um percalço para os universitários, pois a volta pra casa devido ao isolamento social se tornou motivador de certos desconfortos, stress, dificuldades econômicas e acadêmicas além de gatilho para o pensamento de desistência. Devido ao surgimento inesperado dessa pandemia não existem muitas medidas para ajudar os estudantes, a universidade criou bolsas exclusivas para esse

período, porém não tem sido suficiente, segundo os alunos. Já os auxílios institucionalizados, esses receberam algumas críticas por parte dos alunos, principalmente em relação aos valores que não sofrem reajuste há muitos anos, porém ao mesmo tempo existe uma relação de gratidão envolvida, que faz com que alguns dos alunos promovam discursos que demonstram acreditarem estar sendo presenteados com benefícios que na verdade são apenas seus direitos.

É necessário então refletir sobre a quem recai a responsabilidade dessas falhas percebidas, que fica evidente durante o desenvolvimento do artigo se tratar da Universidade e do Estado, pois a eles cabe garantir o direito à educação que é previsto na constituição e de tornar a estadia do estudante no mínimo justa, tendo em vista que o grupo em questão passa por situações ímpares por precisarem lidar com uma diferença regional, como cultura, crença, vocabulário e clima, é necessário que tais órgãos se responsabilizem, por incluir de forma efetiva todos os estudantes no ensino superior, e que se torne um ambiente plural de dentro pra fora.

Por fim, o tema da pesquisa é extremamente relevante pois, trata da realidade vivida por milhares de jovens, que são uma parcela expressiva dos alunos do ensino público superior, além de ser uma pesquisa pioneira, o que abre precedentes para novos olhares sobre o mesmo tema e até mesmo aprimoramento do trabalho em questão, não se esgotando aqui essa discussão.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, Vilma. Um balanço das políticas do governo Lula para a educação superior: continuidade e ruptura. **Revista de Sociologia e Política**, v. 24, n. 57, p. 113-126, 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-44782016000100113&script=sci_arttext>. Acesso em: 07 de mai. 2020.

ALBUQUERQUE, Emily Souza Gaião. **Aspectos cognitivos e não-cognitivos na adaptação de estudantes universitários (i) migrantes**. 2016. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Pernambuco. Disponível em: <<https://repositorio.ufpe.br/bitstream/123456789/17870/1/Disserta%20a7%20a3o%20Emily%20Gai%20a3o%20e%20Albuquerque%2028vers%20a3o%20definitiva%29.pdf>>. Acesso em: 28 de mai. 2020.

ALMEIDA, Douglas Monteiro de et al. **A expansão universitária na Baixada Fluminense: educação e desenvolvimento (1998/2010)**. 2016. Disponível em: <<http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2015/pdfs/eixo13/reuni-e-o-processo-inverso-de-migracao-um-estudo-sobre-o-instituto-multidisciplinar-em-nova-iguacu.pdf>>. Acesso em: 06 de jul. 2020.

ALVARENGA, Carolina Faria et al. Desafios do ensino superior para estudantes de escola pública: um estudo na UFLA. **Revista Pensamento Contemporâneo em Administração**, v.

6, n. 1, p. 55-71, 2012. Disponível em:
<<https://www.redalyc.org/pdf/4417/441742844005.pdf>>. Acesso em: 06 de abr. 2021

ALBUQUERQUE, Teresa. Do abandono à permanência num curso de ensino superior. **Sísifo**, n. 7, p. 19-28/EN 17-26, 2016. Disponível em:
<<http://sisifo.ie.ulisboa.pt/index.php/sisifo/article/view/115>>. Acesso 02 de mai. 2021

ALVES, Tamyres Gaby Martins. Os herdeiros da educação: Uma breve reflexão sobre o cenário brasileiro. **Revista Aurora**, v. 9, n. 2, 2016.). Disponível em:
<<https://doi.org/10.36311/1982-8004.2016.v9n2.10.p148>>. Acesso em: 10 de abr. 2021.

ALVES, Daniel Cardoso; BRITO, Marta Lorena Lima. Permanência estudantil e autonomia universitária: a questão do SiSU no contexto de uma universidade estadual do interior da Bahia. Avaliação: **Revista da Avaliação da Educação Superior** (Campinas), v. 26, n. 1, p. 24-44, 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1414-40772021000100024&script=sci_arttext&tlng=pt>. Disponível em: 12 de abr. 2021

ARRUDA, Eucídio Pimenta. Educação remota emergencial: elementos para políticas públicas na educação brasileira em tempos de Covid-19. **Em Rede-Revista de Educação a Distância**, v. 7, n. 1, p. 257-275, 2020. Disponível em:
<<https://www.aunirede.org.br/revista/index.php/emrede/article/view/621>>. Acesso em: 24 de abr. 2021

ANDIFES. **Maioria dos alunos das universidades federais tem renda baixa**. 2020. Disponível em: <<http://www.andifes.org.br/maioria-dos-alunos-das-universidades-federais-tem-renda-baixa-e-parda-ou-preta-e-vem-de-escola-publica/>>. Acesso em: 21 de mai. 2020.

37

ANDIFES. **V Pesquisa do Perfil Socioeconômico dos Estudantes de Graduação das Universidades Federais**. 2019. Disponível em: <<http://www.andifes.org.br/wp-content/uploads/2019/05/V-Pesquisa-do-Perfil-Socioecon%C3%B4mico-dos-Estudantes-de-Gradua%C3%A7%C3%A3o-das-Universidades-Federais-1.pdf>>. Acesso em: 22 de jul. 2020.

ARAÚJO, Alexandra M. et al. **Dificuldades antecipadas de adaptação ao ensino superior: um estudo com alunos do primeiro ano**. 2016. Disponível em:
<<http://hdl.handle.net/1822/44637>> . Acesso em: 06 de abr. 2021.

BARRETO, Andreia Cristina Freitas; ROCHA, Daniele Santos. COVID 19 e Educação: resistências, desafios e (im) possibilidades. **Revista Encantar-Educação, Cultura e Sociedade**, v. 2, p. 01-11, 2020. Disponível em:
<<https://www.revistas.uneb.br/index.php/encantar/article/view/8480>>. Acesso em: 22 de abr. 2021.

BARROS, Aparecida da Silva Xavier. Expansão da educação superior no Brasil: limites e possibilidades. **Educação & Sociedade**, v. 36, n. 131, p. 361-390, 2015. Disponível em:
<<https://www.scielo.br/pdf/es/v36n131/1678-4626-es-36-131-00361.pdf>>. Acesso em: 02 mai. 2020.

BARBOSA, Erika David et al. Ações afirmativas na Universidade Federal de Viçosa: uma análise das condições de permanência. 2017. Disponível em:
<<https://www.locus.ufv.br/handle/123456789/11637>>. Acesso em: 11 de mai. 2021.

BARDIN, Laurence; **De conteúdo, Análise**. Lisboa: Edições 70. Obra original publicada em, 1977. Disponível em:

<<https://www.ets.ufpb.br/pdf/2013/2%20Metodos%20quantitativ%20e%20qualitativ%20-%20IFES/Livros%20de%20Metodologia/10%20-%20Bardin,%20Laurence%20-%20An%C3%A1lise%20de%20Conte%C3%BAdo.pdf>>. Acesso em: 07 de ago. 2020.

BROCCO, Ana Karina. “Aqui em casa a educação é muito bem-vinda”: significado do ensino superior para universitários bolsistas. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, v. 98, n. 248, p. 94-109, 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S2176-66812017000100094&script=sci_arttext>. acesso em: 07 de abr. 2021.

BICALHO, Renata de Almeida; DE PAULA, Ana Paula Paes. Violência Simbólica: uma leitura a partir da teoria crítica Frankfurtiana. **II Encontro de Gestão de Pessoas e Relações de Trabalho**, 2009. Disponível em: <<http://www.anpad.org.br/admin/pdf/EnGPR137.pdf>>. Acesso em 19 de ago. 2020.

BRITTO, Luiz Percival Leme et al. Conhecimento e formação nas IES periféricas perfil do aluno" novo" da educação superior. **Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior (Campinas)**, v. 13, n. 3, p. 777-791, 2008. Disponível em: <https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1414-40772008000300008&script=sci_arttext&tlng=pt>. Acesso em: 12 de abr. 2021.

BONAMINO, Alicia et al. Os efeitos das diferentes formas de capital no desempenho escolar: um estudo à luz de Bourdieu e de Coleman. **Revista Brasileira de Educação**, v. 15, n. 45, p. 487-499, 2010. Disponível em: <https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1413-24782010000300007&script=sci_arttext&tlng=pt>. Acesso: 04 mai. 2020.

38

BOURDIEU, P; PASSERON, J, C. **A Reprodução**: Elementos para uma teoria do sistema de ensino. 3 ed. Rio de janeiro: Livraria Francisco Alves Editora S.A. 1992.

BOURDIEU, Pierre et al. O poder simbólico. 1989. Disponível em: <https://d1wqtxts1xzle7.cloudfront.net/61789263/BOURDIEU_Pierre._O_Poder_Simbolico_20200114-108077-57bf3g-with-cover_page.pdf?Expires=1621702058&Signature=TfcZOLuVPRwfg13P2o4SVhJWt7Nq0dFgPJvJaO37VWCzJWvUt7jKelPHuKnZKnGyt5c8CjGd3hkzWERFsWeF8x1CB1z73OMzSjoZrvmebJT47M0SF70fn7PS74uG9~7TcKvgnFmkvx96FIDkv6RT4aiDkIIQFJ~iYC7ut65goCpva7-zDpN6j6XlgBTF~gVXWzDU4xyoRvdZuTSO5dG48xCr22D7Nf7NcP2OiuWqTy36e8NfSpIHPFym2xtaU9Tzs8El5uCBub7KnE68aMkCEhFvmYqww7RTqG4b9AH5FW6yYsLOCZJk81h-0XvUdJvfB3YgscxM1H6CPOYxvmQ_&Key-Pair-Id=APKAJLOHF5GGSLRBV4ZA>. Acesso em 07 de mai. 2020.

CASTRO, Vinícius Rennó. Reflexões sobre a saúde mental do estudante universitário: estudo empírico com estudantes de uma instituição pública de ensino superior. **Revista gestão em foco**, v. 9, n. 1, p. 380-401, 2017. Disponível em: <https://portal.unisepe.com.br/unifia/wp-content/uploads/sites/10001/2018/06/043_saude_mental.pdf>. Acesso em: 17 de abr. 2021.

CARRANO, Davi Pereira; BERTASSI, André Luiz; MELO-SILVA, Gustavo. Efetividade do

Pnaes enquanto política pública do Estado para o combate à evasão universitária na UFSJ. **Educação Online**, v. 13, n. 28, p. 1-19, Disponível em: <[2018.http://educacaoonline.edu.puc.rio.br/index.php/eduonline/article/view/417](http://educacaoonline.edu.puc.rio.br/index.php/eduonline/article/view/417)>. Acesso em: 06 de Maio. 2021.

CENSO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR. MEC, INEP. 2017.

Disponível:<http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=97041-apresentac-a-o-censo-superior-u-ltimo&Itemid=30192>. Acesso em: 14 de Jun. 2021.

COELHO, Edmundo Campos. As profissões imperiais: medicina, engenharia e advocacia no Rio de Janeiro, 1822-1930. In: **As profissões imperiais: medicina, engenharia e advocacia no Rio de Janeiro, 1822-1930**. 1999. p. 304-304. Disponível em: <https://books.google.com.br/books?id=oF46BBkHHkIC&printsec=frontcover&hl=ptBR&source=gbs_atb#v=onepage&q&f=false>. Acesso em: 04 de mai. 2020.

CUNHA, Luiz Antônio. O ensino superior no octênio FHC. **Educação & Sociedade**, v. 24, n. 82, p. 37-61, 2003. Disponível em:

<http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/2010/veiculos_de_comunicacao/EDS/VOL24_N82/EDS_24N82_2.PDF>. Acesso em: 05 de mai. 2020.

D'AVILA, Geruza Tavares et al. **O ensino superior como projeto profissional para" ser alguém": repercussões de um cursinho pré-vestibular popular na vida dos estudantes**. 2006. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/88784>>. Acesso em: 05 de abr. 2021.

COUBE, André Luiz da Silva. A pesquisa como um meio para a permanência no ensino superior público: O caso do programa de bolsa de desenvolvimento acadêmico na universidade federal fluminense. **Cadernos Cajuína**, v. 6, n. 3, p. 161-175, 2021. Disponível em: <<https://cadernoscajuina.pro.br/revistas/index.php/cadcajuina/article/view/499>>. Acesso em: 19 de abr. 2021.

DA SILVA, Mariléia Maria. Jovens da EJA na " ilha da magia": condições de trabalho, educação e migração. **Germinal: Marxismo e Educação em Debate**, v. 11, n. 1, p. 162-171, 2019. Disponível em:

39

<<https://bell.unochapeco.edu.br/revistas/index.php/pedagogica/article/view/3391>>. Acesso em: 08 de jul. 2020.

MATTOS, Hellen Cristina Xavier da Silva; FERNANDES, Maria Cristina da Silveira Galan. Estudantes universitários: estratégias e procedimentos para a permanência. **Revista Contemporânea de Educação**, v. 14, n. 29, p. 156-174, 2019. Disponível em: <<file:///C:/Users/Raquela/Downloads/20361-62754-1-PB.pdf>>. Acesso em: 20 de abr. 2021.

NETO, Jorge Morgan de Aguiar. Trajetórias de sucesso escolar entre estudantes da escola pública na universidade: um problema sensível?. **Barbarói**, p. 94-111, 2019. Disponível em: <<https://online.unisc.br/seer/index.php/barbaroi/article/view/14595>>. Acesso em 16 de abr. 2021.

DE ALMEIDA, Grasianny Sousa; DOS SANTOS, Maria Irilene Alves. Teoria da reprodução social e as desigualdades educacionais. **Práticas Educativas, Memórias e Oralidades-Rev. Pemo**, v. 1, n. 3, 2019. Disponível em: <

<https://revistas.uece.br/index.php/revpemo/article/view/3571>>. Acesso em: 15 de mai. 2021.

ESPINOSA, Henrique de Brito; VENDRAMINI, Célia Regina. Migração e escolarização em uma escola pública em Florianópolis/SC. **Revista Pedagógica**, v. 18, n. 38, p. 136-150, 2016. Disponível em:

<<https://bell.unochapeco.edu.br/revistas/index.php/pedagogica/article/view/3391>> Acesso em: 16 de abr. 2021.

NASCIMENTO, Luciana de Cássia Nunes; et al. Saturação teórica em pesquisa qualitativa: relato de experiência na entrevista com escolares. **Revista Brasileira de Enfermagem**, v. 71, n. 1, 2018. Disponível em:

<<https://web.b.ebscohost.com/abstract?direct=true&profile=ehost&scope=site&authtype=crawler&jrnl=00347167&AN=126921457&h=zv0K%2fg7KDEM1NERwK9YkkOclV8HymO8JzNhn%2bGsfHLsTyePcFD2aFzKVQmGWzWYgy1nh23daA%2fV0LmoJjKWL0g%3d%3d&crl=c&resultNs=AdminWebAuth&resultLocal=ErrCrlNotAuth&crlhashurl=login.aspx%3fdirect%3dtrue%26profile%3dehost%26scope%3dsite%26authtype%3dcrawler%26jrnl%3d00347167%26AN%3d126921457>>. Acesso em 23 de set. 2020.

ALVES, Icaro de Oliveira; CORDAZZO, Karine. As entidades acadêmicas como ferramentas para efetivação do sentimento de pertencimento à universidade. **Revista jurídica direito, sociedade e justiça**, v. 8, 2019. Disponível em:

<<https://periodicosonline.uems.br/index.php/RJDSJ/article/view/4095>>. Acesso em: 18 de abr. 2021.

DE OLIVEIRA, Clarissa Tochetto; DIAS, Ana Cristina Garcia. Dificuldades na trajetória universitária e rede de apoio de calouros e formandos. **Psico**, v. 45, n. 2, p. 187-197, 2014.

Disponível em: <<https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=5633340>>. Acesso em: 16 de abr. 2021.

DE OLIVEIRA, Bruno Luciano Carneiro Alves et al. Estresse entre graduandos de enfermagem de uma universidade pública federal: um estudo epidemiológico. **JMPHCI Journal of Management & Primary Health Care** ISSN 2179-6750, v. 3, n. 2, p. 72-79, 2012. Disponível em: <<https://jmphc.com.br/jmphc/article/view/141>>. Acesso em: 09 de mai. 2021.

40

DIAS, Érika; PINTO, Fátima Cunha Ferreira. A Educação e a Covid-19. **Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação**, v. 28, n. 108, p. 545-554, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-40362020000300545&tlng=pt>. Acesso em: 23 de abr. 2021

REIS, Roseli Souza dos Nunes; VELOSO, Tereza Christina Mertens Aguiar. A permanência na educação superior: múltiplos olhares. **Educação e Fronteiras**, v. 6, n. 16, p. 48-63, 2016. Disponível em: <<http://ojs.ufgd.edu.br/index.php/educacao/article/view/>>. Acesso em: 03 de mai. 2021.

TODA MATÉRIA. **Educação no Brasil**. 2020. Disponível em <<https://www.todamateria.com.br/educacao-no-brasil/>>. Acesso: 09 de mai. 2020.

FAORO, R. **Os donos do poder: Formação do Patronato Político Brasileiro**. 2001. 3 ed. Disponível em: <<https://docs.google.com/file/d/0B>

vWcDYCKP5sMjFhMWU3MmYtZWVjNC00Mjc4LTk2OWUtMDQ4M2VhYWJlOGY1/ed it?hl=pt_BR> Acesso em: 11 de mai. 2020.

FRANCO, Ana Maria de Paiva; CUNHA, Sarah. Perfil socioeconômico dos graduandos da IFES. 2017.

Disponível em: <<https://www.andifes.org.br/wp-content/uploads/2017/12/I-Perfil-dos-Graduandos-IFES.pdf>>. Acesso em 14 de Out. 2020.

FORNARI, Liamara Teresinha. Reflexões acerca da reprovação e evasão escolar e os determinantes do capital. **Revista Espaço Pedagógico**, v. 17, n. 1, 2010. Disponível em: <<http://seer.upf.br/index.php/rep/article/view/2027/1260>>. Acesso em: 03 de jun. 2010.

GISI, Maria Lourdes. A Educação Superior no Brasil e o caráter de desigualdade do acesso e da permanência. **Revista Diálogo Educacional**, v. 6, n. 17, p. 97-112, 2006. Disponível em: <<https://periodicos.pucpr.br/index.php/dialogoeducacional/article/view/6740>>. Acesso em: 17 de ago. 2020.

GODOY, Arilda Schmidt. Pesquisa qualitativa: tipos fundamentais. **Revista de Administração de empresas**, v. 35, n. 3, p. 20-29, 1995. Disponível em: <<https://www.scielo.br/pdf/rae/v35n3/a04v35n3.pdf>>. Acesso em: 05 de ago. 2020.

GOMES, Alfredo Macedo; MORAES, Karine Nunes de. Educação superior no Brasil contemporâneo: transição para um sistema de massa. **Educação & Sociedade**, v. 33, n. 118, p. 171-190, 2012. Disponível em: <https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0101-73302012000100011&script=sci_arttext>. Acesso em: 23 de ago. 2020.

G1.com. Quase metade dos aprovados em medicina no sisu migra de estado. 2013. Disponível em: <<http://g1.globo.com/educacao/noticia/2013/05/quase-metade-dos-aprovados-em-medicina-no-sisu-migra-de-estado.html>>. Acesso em: 19 de abr. 2020.

IBGE. Número de jovens que não estudam nem trabalham ou se qualificam cresce 5,9 em um ano. Agência de notícias, 2017. Disponível em: <<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/21253-pnad-continua-2017-numero-de-jovens-que-nao-estudam-nem-trabalham-ou-se-qualificam-cresce-5-9-em-um-ano>>. Acesso em: 09 de mai. 2020.

INSTITUTO NACIONAL DE PESQUISAS ANISIO TEIXEIRA. Apresentação censo superior 2018, 2018. Disponível em: <http://download.inep.gov.br/educacao_superior/censo_superior/documentos/2019/apresentacao_censo_superior2018.pdf> Acesso em: 22 de Abr.2020> . Acesso em: 22 de abr. 2020.

41

INSTITUTO NACIONAL DE PESQUISA ANISIO TEIXEIRA. Censo da educação superior, 2016. Disponível em:

<http://download.inep.gov.br/educacao_superior/censo_superior/documentos/2016/notas_sobre_o_censo_da_educacao_superior_2016.pdf>. Acesso em: 18 de mai. 2020.

LEITE, ISABEL S. S; SILVA, AMANDA, G. Mecanismos de seleção e sua relação com a democratização do acesso ao ensino superior, 2015. Disponível em:

<https://editorarealize.com.br/editora/anais/conedu/2015/TRABALHO_EV045_MD4_SA2_ID5620_09092015213555.pdf> Acesso em: 24 abr. 2020.

LI, L. D.; CHAGAS, André Luis Squarize. Efeitos do SISU sobre a migração e a evasão estudantil. **XV ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ESTUDOS REGIONAIS E URBANOS. Anais... São Paulo: Aber**, 2017. Disponível em: <https://pdfs.semanticscholar.org/8846/f14084a456fc1143887cfca7365e849b46d8.pdf?_ga=2.95022300.1323823719.1587603983-791242671.1587603983> Acesso em: 22 abr. 2020.

LUSTOSA, Robson Luis Trindade et al. Dificuldades de participação no ensino remoto por estudantes de curso superior em tecnologia em gastronomia durante a pandemia do Covid-19. In: **Anais do CIET: EnPED: 2020- (Congresso Internacional de Educação e Tecnologias) Encontro de Pesquisadores em Educação a Distância**. 2020. brasileira. Disponível em: <https://repositorio.unb.br/bitstream/10482/20129/1/2016_V%c3%a2niaMariaLouren%c3%a7o.pdf>. Acesso em: 06 de abr. 2021.

MACEDO, Arthur Roquete de; et al. Educação superior no século XXI e a reforma universitária brasileira. **Ensaio: avaliação e políticas públicas em educação**, v. 13, n. 47, p. 127-148, 2005. Disponível em: <<https://www.scielo.br/pdf/ensaio/v13n47/v13n47a02.pdf>> Acesso: 15 de mai. 2020.

MACHADO, Carla Silva; MAGALDI, Carolina Alves. Sistema de cotas, equidade e assistência estudantil. 2014. Disponível: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=97041-apresentac-a-o-censo-superior-u-ltimo&Itemid=30192>. Acesso em: 17 de Jun. 2021.

MENDES, Igor A. Assaf; COSTA, Bruno Lazzarotti D. Considerações sobre o papel do Capital Cultural e acesso ao ensino superior: uma investigação com dados de Minas Gerais. **Educação em Revista**, v. 31, n. 3, p. 71-95, 2015. Disponível em: <<https://www.scielo.br/pdf/edur/v31n3/0102-4698-edur-135457.pdf>>. Acesso: 04 mai. 2020.

METROPELES. Quase 34% dos estudantes mudam de estado para cursar universidade. 2019. Disponível em: <<https://www.metropoles.com/brasil/educacao-br/quase-34-estudantes-mudam-de-estado-para-cursar-universidade>>. Acesso em: 19 de abr. 2020.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Censo da educação superior, 2015. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/component/tags/tag/32044-censo-da-educacao-superior>>. Acesso em: 22 de abr. 2020.

MINISTERIO DA EDUCAÇÃO; PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. 18 planos subnacionais de educação. 2014. Disponível em: <<http://pne.mec.gov.br/18-planos-subnacionais-de-educacao/543-plano-nacional-de-educacao-lei-n-13-005-2014>>. Acesso em: 14 de mai. 2020.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Primeira edição termina com o preenchimento de 85% das vagas do sistema. 2010. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=15190:primeira-edicao-termina-com-o-preenchimento-de-85-das-vagas-do-sistema&catid=212&Itemid=86>. Acesso: 29 de abr. 2020.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Censo da educação superior. Brasília, 2017. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/docman/setembro-2018-pdf/97041-apresentac-a-o-censo-superior-u>>

[ltime/file](#)>. Acesso 15 de mai. 2020.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Censo da educação superior, 2010. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/component/tags/tag/32044-censo-da-educacao-superior>>. Acesso em: 06 Maio. 2020.

NOGUEIRA, Maria Alice. Favorecimento econômico e excelência escolar: um mito em questão. **Revista Brasileira de Educação**, n. 26, p. 133-144, 2004. Disponível em: <<https://www.scielo.br/pdf/rbedu/n26/n26a10>>. Acesso: 13 de abr. 2021.

NOVO, B, N. Lei de diretrizes e bases da educação. Brasil escola, 2019. Disponível em: <<https://meuartigo.brasescola.uol.com.br/direito/leis-diretrizes-bases-educacao-comentarios.htm>>. Acesso em: 05 de mai. 2020. Mudar referencia no texto!

NUNES, Sara; GARCIA, Ana. Estudantes do Ensino Superior: as relações pessoais e interpessoais. **Gestin**, p. 195-203, 2010. Disponível em: <<https://repositorio.ipcb.pt/handle/10400.11/514>> . Acesso em: 17 de abr. 202.

OSSE, Cleuser Maria Campos. Pródromos e qualidade de vida de jovens na moradia estudantil da Universidade de Brasília-UnB. 2008. Disponível em: <https://repositorio.unb.br/handle/10482/2015>. Acesso em: 06 de mai. 2021.

PRADA, Talita; COSTA, Paula Medeiros; BERTOLLO-NARDI, Milena. COVID-19 E A CONTRIBUIÇÃO DA ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL PARA A PERMANÊNCIA ACADÊMICA. **Cadernos Cajuína**, v. 6, n. 3, p. 128-144, 2021. Disponível em: <<https://cadernoscajuina.pro.br/revistas/index.php/cadcajuina/article/view/497/427>>. Acesso em 22 de abr. 2021.

PEREIRA, L. de T. K; GODOY, D. M. A; TERÇARIOL, D. Estudo de caso como procedimento de pesquisa científica: reflexão a partir da clínica fonoaudiológica. **Psicologia: Reflexão e Crítica**, v. 22, n. 3, p. 422-429, 2009. Disponível em: <https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-79722009000300013>. Acesso em: 03 de set. 2020.

PNE. Planejando a próxima década: Conhecendo as 20 metas do plano nacional de educação, 2014. Disponível: <http://pne.mec.gov.br/images/pdf/pne_conhecendo_20_metas.pdf>. Acesso em: 05 de jun. 2020.

PIOTTO, D. C. Trajetórias escolares prolongadas nas camadas populares. **Cadernos de Pesquisa**, v. 38, n. 135, p. 701-707, 2008. Disponível em: <https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0100-15742008000300008&script=sci_arttext>. Acesso em: 16 de abr. 2021.

PORTES, Écio Antônio. **Trajetórias escolares e vida acadêmica do estudante pobre da UFMG: um estudo a partir de cinco casos**. 2001. Disponível em: <<https://repositorio.ufmg.br/handle/1843/FAEC-84NQZ9>>. Acesso em: 17 de abr. 2021.

43

REESTRUTURAÇÃO E EXPANÇÃO DAS UNIVERSIDADES FEDERAIS. O que é o REUNI, 2010. Disponível em: <<http://reuni.mec.gov.br/o-que-e-o-reuni>>. Acesso em: 07 de mai. de 2020.

RODRIGUES, Bráulio Brandão et al. Aprendendo com o Imprevisível: Saúde mental dos universitários e Educação Médica na pandemia de Covid-19. **Revista Brasileira de Educação Médica**, v. 44, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0100-55022020000500302&script=sci_arttext&tlng=pt>. Acesso em: 23 de abr. de 2021.

SILVA, Miguel Antônio de Mello et al. Migração e adoecimento: a cultura e o espaço de simbolização da doença. 2004. Disponível em: <http://repositorio.unicamp.br/bitstream/REPOSIP/312862/1/Silva_MiguelAntoniodeMello_D.pdf> Acesso em: 21 de set. 2020.

SILVA, Priscila Pereira et al. O novo aluno do ensino superior em um contexto neoliberal. 2014. Disponível em: <<http://repositorio.unicamp.br/handle/REPOSIP/253966>>. Acesso em: 30 de abr. 2020.

SOARES, Rafael Henrique Santos; FERNANDES, Jorge Henrique Cabral. Análise exploratória da adesão ao Sistema de Seleção Unificada (SiSU) pelas universidades federais por meio da Análise de Redes Sociais mapeadas a partir de dados abertos. **InCID: Revista de Ciência da Informação e Documentação**, v. 7, n. 1, p. 181-200, 2016. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/incid/article/view/76282/111655>>. Acesso em: 20 de mai. 2021.

MACHADO, Cecilia; SZERMAN, Christiane. The Effects of a Centralized College Admission Mechanism on Migration and College Enrollment: Evidence from Brazil. In: **SBE Meetings**. 2015. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/13875/Thesis_SISU.pdf?sequence=1&isAllowed=y> Acesso em: 24 abr. 2020.

SILVA, I, M; LUZ, J, N, N. Seleção para Ingresso na Educação Superior: Adesão ao Enem e SisU, 2016. Disponível em: <http://sites.pucgoias.edu.br/pos-graduacao/mestrado-doutorado/educacao/wp-content/uploads/sites/61/2018/05/Isabelle-Martins-da-Silva_-Jackeline-Nascimento-Noronha-da-Luz.pdf> Acesso em: 24 abr. 2020.

SOUZA, L. P de. A violência simbólica na escola: contribuições de sociólogos franceses ao fenômeno da violência escolar brasileira. *Revista LABOR*, Fortaleza, v. 1, n. 7, p. 20-34, 2012. Disponível em: <<http://www.repositorio.ufc.br/handle/riufc/23327>>. Acesso em: 06 abr. 2021.

SOUZA, D, G; MIRANDA, J, C; SOUZA, F, S. Breve histórico acerca das Universidades no Brasil. *Educação Pública*, v. 19, nº 5, 12 de março de 2019. Disponível em: <<https://educacaopublica.cecierj.edu.br/artigos/19/5/breve-historico-acerca-da-criacao-das-universidades-no-brasil>> Acesso 15 de mai. 2020.

SILVA, Glauco Peres da. Análise de evasão no ensino superior: uma proposta de diagnóstico de seus determinantes. **Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior (Campinas)**,

v. 18, n. 2, p. 311-333, 2013. Disponível em: <

[40772013000200005&script=sci_arttext](#)>. Acesso em: 16 de abr. 2021.

SILVEIRA, L. **Trocando as vestes: experiência de migração de estudantes de pós graduação, 2009.** Disponível em: <http://www.abrapso.org.br/siteprincipal/images/Anais_XVENABRAPSO/258.%20trocando%20as%20vestes-%20experi%C3%Aancia%20de%20migra%C7%CB3o%20de%20estudantes%20de%20p%C3%93s%20gradua%C7%CB3o.pdf>. Acesso em: 28 de mai. 2020.

SANFELICE, José Luís; SIQUELLI, Sônia Aparecida. **Desafios à democratização da educação no Brasil contemporâneo.** 2016. Disponível em: <http://www.anped.org.br/sites/default/files/images/e-book_univas.pdf>. Acesso em: 06 de jun. 2020.

SILVA FILHO, Roberto Leal Lobo et al. A evasão no ensino superior brasileiro. **Cadernos de pesquisa**, v. 37, n. 132, p. 641-659, 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-15742007000300007&Ing=es#:~:text=A%20evas%C3%A3o%20estudantil%20no%20ensino%20investidos%20sem%20o%20devido%20retorno.>. Acesso em: 04 mai. 2020.

SANTOS, Dyane Brito Reis. **Para além das cotas: a permanência de estudantes negros no ensino superior como política de ação afirmativa.** 2009. Disponível em: <<https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/11778/1/Tese%20%20Dyane%20Santos.pdf>>. Acesso em: 17 de ago. 2020.

SOUZA, Pedro Herculano Guimarães Ferreira de. **A desigualdade vista do topo: a concentração de renda entre os ricos no Brasil, 1926-2013.** 2016. Disponível em: <<https://repositorio.unb.br/handle/10482/22005>> Acesso: 03 de ago. 2020.

TEIXEIRA, P, E; BRAGA, A, M, C; BAENINGER, R. **Migrações: Implicações passadas presentes e futuras.** Editora Cultura Acadêmica. Marília- SP, 2012. Disponível em: <https://www.marilia.unesp.br/Home/Publicacoes/migracoes2_ebook.pdf>. Acesso em 17 de mai. 2020.

TIRADENTES, Adrielly Rocha. Violência simbólica no contexto escolar> Fisriminação inclusão e o direito à educação. **Revista Eletrônica do Curso de Direito–PUC Minas Serro**, n. 12, p. 33-48, 2015. Disponível em: <[file:///C:/Users/Raquele/Downloads/10903-Texto%20do%20artigo-43594-1-10-20160608%20\(2\).pdf](file:///C:/Users/Raquele/Downloads/10903-Texto%20do%20artigo-43594-1-10-20160608%20(2).pdf)> Acesso em: 18 de ago. 2020.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE LAVRAS. Avaliação dos resultados do Programa Nacional de Assistência aos Estudantes (PNAES) na Universidade Federal de Lavras. Praec, 2017. Disponível em: <<https://praec.ufla.br/images/documentos/Avaliao-PNAES-2017-atualizado.pdf>>. Acesso: 22 de mai. 2020.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE LAVRAS. LAVRAS, 2020. Disponível: <<https://ufla.br/>>. Acesso em: 22 de maio. 2020.

45

Universidades federais tem evasão de 15% em 2018. Poder360, 2018. Disponível em: <<https://www.poder360.com.br/governo/universidades-federais-tem-evasao-de-15-em-2018/>>.

Acesso em: 21 de abr. 2020.

VINUTO, Juliana. A amostragem em bola de neve na pesquisa qualitativa: um debate em aberto. **Temáticas**, v. 22, n. 44, 2014. Disponível em: <<https://econtents.bc.unicamp.br/inpec/index.php/tematicas/article/view/10977>>. Acesso em: 05 de ago. 2020.

ZAGO, Nadir; PAIXÃO, Lea Pinheiro; PEREIRA, Thiago Ingrassia. Acesso e permanência no ensino superior: problematizando a evasão em uma nova universidade federal. **Educação em Foco**, v. 19, n. 27, p. 145-169, 2016. Disponível em: <<https://revista.uemg.br/index.php/educacaoemfoco/article/view/1334/953>>. Acesso em: 08 abr. de 2021.